



COGNITIO

Revista de Filosofia
Centro de Estudos de Pragmatismo

São Paulo, v. 24, n. 1, p. 1-25, jan.-dez. 2023
e-ISSN: 2316-5278

 <https://doi.org/10.23925/2316-5278.2023v24i1:e61482>

TRADUÇÃO

Um argumento negligenciado em favor da realidade de Deus

Charles Sanders Peirce

Introdução

Tradução

Cassiano Terra Rodrigues*
cassiano.terra@gmail.com

Recebido em: 30/03/2023.

Aprovado em: 05/04/2023.

Publicado em: 10/04/2023.

Esta tradução é uma revisão daquela que foi feita e publicada há 20 anos, a saber: “Um Argumento Negligenciado para a Realidade de Deus”, *Cognitio: Revista de Filosofia*, São Paulo: EDUC, v. 4, nº 1, p. 98-133, jan.-jun. 2003. A meu juízo, essa tradução apresentava problemas desde que fora publicada e, por isso, exigia melhor acabamento. Descontentava-me, principalmente, a opção que fiz pela literalidade como diretriz da tradução, o que, por ser impossível, levou-me a grosseiros equívocos. Se só agora, 20 anos depois, resolvi tentar melhorar o trabalho, foi por tomar conhecimento de outras traduções do mesmo texto, algumas bem antigas, outras menos, mas nenhuma, a bem dizer, nova. Vale registrar que a tradução mais antiga desse texto de Peirce, salvo melhor conhecimento, foi feita por Nynfa Bosco, em 1977, para o italiano (Maddalena, 2005, p. 67). Essa versão, infelizmente, não foi possível ainda consultar. Seja como for, o conhecimento das versões obtidas possibilitou não só um entendimento mais bem informado da intencionalidade do original, como também revelou aspectos inesperados na leitura. São elas: a francesa de Gérard Deledalle (1981), a qual serviu de base para a primeira versão para o espanhol, por Lía Varela (1996), consultada apenas agora em sua integralidade; a mexicana, por Darin McNabb (2012), a qual, parece-me, apenas pontual e idiomáticamente diverge da de Sara Barrena (1996); a versão italiana de Giovanni Maddalena (2005); por fim, a alemã de Helmut Maaßen (1995), sobre texto corrigido por Hermann Deuser com base nos manuscritos e no trabalho de edição do *Peirce Edition Project*. Devo ainda manifestar que, após tantos anos, finalmente consegui examinar, ainda que superficialmente, as cópias dos manuscritos R 841 (manuscrito do artigo publicado), R 842 (faltam 11 páginas, 109 a 120), R 843 (duas versões, entremescladas e desorganizadas) e R 844 (Aditamento), trazidas na minha bagagem após meu estágio de doutoramento no *Peirce Edition Project*, em 2004.ⁱ

Agora, além de corrigir os erros da versão anterior, tentei incorporar tais entendimento e surpresas que auferi da leitura dessas versões estrangeiras citadas e dos manuscritos. Espero também ter conseguido



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

* Instituto Tecnológico de
Aeronáutica – ITA.

um resultado menos arbitrário, mais claro e, talvez, de leitura minimamente apreciável, em que pese a dificuldade do texto. Aliás, quanto a esse ponto, se sempre é possível acrescentar algo, nem por isso tenho o que modificar no que já publiquei há 20 anos. Após todas as leituras que fiz, não tenho dúvidas de que Peirce busca, no artigo em questão, uma linguagem tão icônica quanto possível, como a espelhar os movimentos de pensamento mais adequados à ontologia de fundo de seus argumentos. Uma maturidade plena relativamente aos seus sistemas de lógica – tanto o algébrico quanto o diagramático – contribuiu para que Peirce atingisse, em 1908, um alto grau de elaboração no trabalho com a linguagem, com muitas inversões e subordinações sintáticas, ou mesmo paratáticas, se tal expressão for permitida. A própria definição de um ninho de três argumentos mutuamente implicados leva a essa ideia: plausibilidade, similitude e probabilidade são princípios mutuamente relativos da investigação, qualquer que ela seja.

Pois bem, sem me furtar a reestruturar o texto de modo a tentar mais fluidez em língua portuguesa, busquei manter as modificações ao essencial, convicto de que já apenas a mudança de vocabulário em algumas passagens proporciona uma leitura radicalmente diferente do que a de 2003. Algumas notas foram alteradas, outras, principalmente as biográficas, suprimidas, e outras, ainda, acrescentadas, todas elas transferidas para o fim, à exceção das notas do próprio autor, mantidas em rodapé de página e indicadas com caracteres especiais. É necessário, ainda, reconstituir a história de publicação do texto, o que não fora feito em 2003, para entender bem o que aqui é apresentado.

Em 1908, Cassius J. Keyser, professor de matemática na Universidade Columbia e membro da comissão editorial do *Hibbert Journal*, convidou Peirce a escrever um artigo acerca de um de três tópicos, à escolha, para o periódico. Peirce recusou a oferta inicial e ofereceu, em troca, outros dez tópicos à escolha de Keyser. Não se sabe ao certo se este aceitou ou não as sugestões de Peirce e se os tópicos se sobrepunham ou se excluíam mutuamente, mas o fato é que Peirce começou a escrever o artigo sobre o Argumento Negligenciado e trabalhou tanto nele, reescrevendo-o continuamente, que, de um esboço de mais de 130 páginas, chegou a 200 em certo momento, para só então reduzi-lo à quantidade de páginas publicável em um periódico. Após finalmente enviado e aceito o artigo para publicação, o editor do *Hibbert Journal*, L. P. Jacks, solicitou a Peirce um resumo final, de poucos parágrafos, para esclarecimento de alguns pontos. Peirce, então, escreveu duas versões para um possível apêndice, batizando-as com o título de “Aditamento”, e encaminhou-as ao editor, advertindo-o a selecionar convenientemente apenas as partes que fossem publicáveis. Jacks desprezou, junto com o título, uma versão inteira desse “Aditamento”, e decidiu publicar por completo a outra, inserindo-a entre o corpo do artigo e a assinatura do autor (Peirce 1908, p. 108). Assim, ao final da quinta seção (“...crescimento autocontrolado da conduta da vida do homem”), o Aditamento que Peirce escrevera sem a intenção inicial de publicar integralmente apareceu sem qualquer título e destacado apenas por uma linha em branco.ⁱⁱ

O problema maior é que o Aditamento publicado trazia uma referência a um ninho de três argumentos, algo que só a versão descartada por Jacks esclarecia. Quando o volume 6 dos *Collected Papers* (doravante, CP 6) foi publicado, em 1935, o artigo foi republicado tal e qual em 1908, mas seguido de cinco parágrafos – 486 a 491 – que traziam uma explicação do ninho argumentativo. Esses parágrafos, de um manuscrito separado, traziam o título “Aditamento ao artigo Um Argumento Negligenciado em favor da Realidade de Deus” e foram datados em CP 6 de *circa* 1910, sendo que CP 6.491 resulta de grande trabalho de edição com um rascunho bastante rabiscado.

Em 1998, o volume 2 de *The Essential Peirce* (doravante, EP2) trouxe informações mais consistentes. Os editores do *Peirce Edition Project* descobriram que os parágrafos 486 a 491 de CP 6, na verdade, não foram escritos em 1910, mas pertencem ao conjunto original de 1908, isto é, compõem a versão do Aditamento recusada por Jacks. Por isso, os editores de EP 2, alegando “evitar uma transição grosseira e sobreposições”, decidiram publicar apenas os cinco primeiros parágrafos dessa versão, fazendo-a anteceder o restante da outra. Com isso, se o esclarecimento acerca do ninho de três argumentos foi

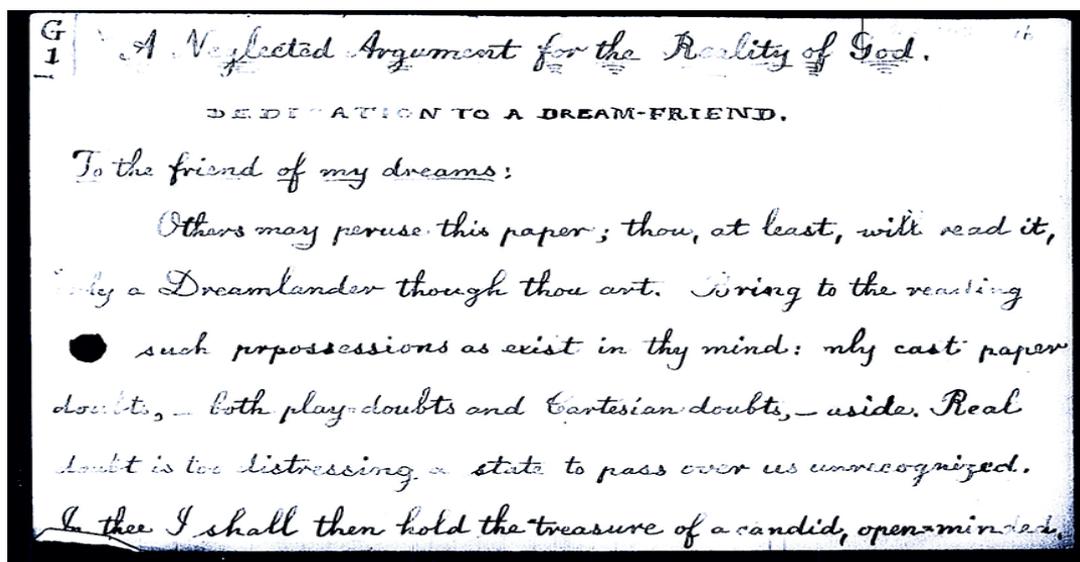
mantido em EP 2, uma parte bastante densa do Aditamento ficou de fora, a saber, a discussão sobre a tendência ao crescimento de uma super-ordem, ou super-hábito. Seja como for, é nítido o inacabamento do texto, o que justifica tanto o receio de Peirce em publicá-lo quanto a opção editorial de publicá-lo parcialmente. Além disso, há ao menos uma diferença importante entre as duas versões, observada pelos editores de EP 2, a saber, a data da adoção da palavra pragmatismo para a designação da sua doutrina: na versão publicada por Jacks, Peirce afirma que usou a palavra pela primeira vez em 1871, ao passo que na versão descartada, ele registra 1873. Talvez isso explique seus receios, manifestados em carta a James, de ter parecido egoísta e, assim, ofendido a alguém com uma publicação descuidada (ver EP 2: 551 n.14).

Identificados esses pontos, é mais fácil compreender as diferenças entre as edições de CP 6 e EP 2, notáveis inclusive pelas traduções. Pois, à exceção da versão alemã, cujo editor trabalhou diretamente com os manuscritos de Peirce, nem todas as outras traduções puderam contar com uma edição, se não crítica, ao menos mais bem organizada, do texto. Assim, por exemplo, Deledalle e, por conseguinte, Varela, não traduzem os parágrafos CP 6.486-491. Aqui, optei por traduzir o artigo completo tal como Peirce o teria inicialmente enviado a Jacks; em seguida, traduzi o Aditamento e mantive a sequência original do texto de Peirce, tal como está no manuscrito R 844. Além disso, traduzi também algumas variantes do texto, do mesmo manuscrito. Além de manter, como em CP 6, o que ficou de fora de EP 2, essa escolha permite verificar a importância que Peirce atribuía à definição de seu ninho argumentativo. Como não há manuscrito restante da versão 2 do Aditamento, essa foi traduzida tal como consta em CP 6, ainda que isso acarrete sobreposição de informações. Para esclarecer a leitura, indiquei os parágrafos de CP 6 e as páginas de EP 2 em que o mesmo texto aparece.

Para que fique mais claro, vale expor as correspondências que o exame dos manuscritos revela:

- a) R 841, artigo original, p. 1-64 correspondem a CP 6.452-480, EP 2: 434-446 e p. 90-108 da publicação de 1908.
- b) R 844, Aditamento. Publicado em CP 6: 486-491 e parcialmente em EP 2: 446-447, do qual foram eliminados parte de CP 6.490 e todo CP 6.491.
- c) CP 6.481-485, Aditamento, correspondem às páginas 108-112 da publicação de 1908 e também a EP 2: 447-450. Não há manuscrito restante conhecido.

Como CP 6 reproduz fielmente a impressão do artigo original, inclusive com os erros, descartei esses últimos, bem como peculiaridades de pontuação, tendo em vista o texto mais confiável do *Peirce Edition Project*. Além disso, mantive apenas as especificidades mais notáveis do texto publicado nos *Collected Papers*, indicando-as em nota com a sigla C.P. Seguindo o mesmo critério, somente algumas notas da edição de *The Essential Peirce* foram reproduzidas, indicadas pela sigla E.P. Já as minhas notas foram indicadas com N.T. Todas essas notas estão ao fim, apenas a única nota de Peirce é indicada no rodapé da página em que aparece.



Página de R 842: Dedicatória inicial de uma versão descartada de Um Argumento Negligenciado em favor da Realidade de Deus.

Um argumento negligenciado em favor da realidade de Deus

I

A palavra “Deus”, assim “em maiúscula” (como nós, americanos, dizemos), é o nome próprio definível que significa *Ens necessarium*ⁱⁱⁱ: na minha crença, Realmente criador de todos os três Universos de Experiência.

Algumas palavras serão escritas, aqui, em maiúscula quando usadas, não segundo o vernáculo, mas como termos definidos. Assim, uma “ideia” é a substância de algum pensamento, ou fantasia, unitário e efetivo; mas “Ideia” – mais próxima da ideia de *dśa* [*idea*], de Platão – denota tudo cujo Ser consiste em sua mera capacidade de ser completamente representado, independentemente da faculdade ou da impotência de qualquer pessoa para representá-la.

“Real” é uma palavra inventada no século XIII para significar ter Propriedades, isto é, características suficientes para identificar seu sujeito, e possuí-las, sejam elas atribuídas a esse sujeito, de qualquer modo, por qualquer homem singular ou qualquer grupo de homens, ou não. Assim, a substância de um sonho não é Real, já que, simplesmente pelo fato de que um sonhador assim a sonhou, ela foi tal como foi. O fato do sonho, porém, se foi sonhado, é Real, uma vez que, se sim, a sua data, o nome do sonhador etc., formam um conjunto de circunstâncias suficientes para distingui-lo de todos os outros eventos, e essas pertencem a ele, isto é, seriam verdadeiras se predicadas dele, se *A*, *B* ou *C* Atualmente as assegurem ou não. O “Atual”^{iv} é aquilo que é encontrado no passado, no presente ou no futuro.

Uma “Experiência” é um efeito consciente brutalmente produzido, o qual contribui para um hábito, autocontrolado, conquanto tão satisfatório, sob deliberação, que por nenhum exercício positivo de vigor interno ele é destrutível. Uso a palavra “autocontrolado” para “controlado pelo self do pensador”, e não para “descontrolado” exceto em seu próprio autodesenvolvimento, isto é, automático, tal como o Professor J. M. Baldwin^v usa a palavra.^{vi} Tome-se por ilustração a sensação suportada por uma criança que põe seu dedo indicador em uma chama, com a aquisição de um hábito de manter todos os seus membros longe de todas as chamas. Uma compulsão “Bruta” é aquela cuja eficácia imediata de modo algum consiste na conformidade à regra ou à razão.

Dos três Universos de Experiência familiares a todos nós, o primeiro compreende meras Ideias, esses nada etéreos aos quais a mente dos poetas, dos puros matemáticos, ou outros, *poderia* dar habitação local e um nome dentro dessa mente^{vii}. A própria nadidade etérea delas, o fato de seu Ser consistir na mera capacidade de ser pensado e não em ser Atualmente pensado por alguém, preserva a sua Realidade.

O segundo Universo é aquele da Atualidade Bruta das coisas e dos fatos. Não obstante objeções – até que sejam minuciosa e suficientemente examinadas – formidáveis, estou seguro de que seu Ser consiste em reações contra forças Brutas. O terceiro Universo compreende tudo cujo Ser consiste no poder ativo para estabelecer conexões entre diferentes objetos, especialmente entre objetos em Universos diferentes. Assim é tudo aquilo que é essencialmente um Signo. Não o mero corpo do Signo, que não é essencialmente assim, mas, por assim dizer, a Alma do Signo, cujo ser está no seu poder de servir como intermediário entre seu Objeto e uma Mente. Assim, também, é uma consciência viva, e assim a vida, o poder de crescimento de uma planta. Assim é uma instituição viva – um jornal diário, uma grande fortuna, um “movimento” social.

Um “Argumento” é qualquer processo de pensamento que tende razoavelmente a produzir uma crença definida. Uma “Argumentação” é um Argumento que procede de premissas precisamente formuladas.

Se Deus Realmente for, e for benigno, então, em vista da verdade geralmente aceita de que a religião, bastando que fosse demonstrada^{viii}, seria um bem a sobrepujar todos os outros, deveríamos naturalmente esperar haver algum Argumento para a Sua Realidade que fosse óbvio a todas as mentes, tanto às elevadas como às rasas, as quais deveriam sinceramente se empenhar para encontrar a verdade da matéria. E, por conseguinte, esse Argumento deveria apresentar a sua conclusão não como uma proposição de teologia metafísica, mas de uma forma diretamente aplicável à conduta da vida e plena de nutrição para o mais alto crescimento do homem. Aquilo a que me referirei como o A. N. – o Argumento Negligenciado – parece-me o melhor para satisfazer essa condição, e eu não me admiraria se a maioria das pessoas cujas próprias reflexões colheram o fruto da crença em Deus tivesse de abençoar a radiância do A. N. por essa riqueza. A persuasividade do A. N. é nada menos do que extraordinária, ao tempo que não é desconhecido de ninguém. Todavia, de todos aqueles teólogos (dentro da minha pouca amplitude de leitura) que, com assiduidade louvável, amontoam pouco a pouco, juntas, todas as razões sólidas que possam achar ou confeccionar para demonstrar a primeira proposição da teologia, poucos mencionam esta, e estes, muito brevemente. Eles provavelmente compartilham daquelas noções correntes de lógica, as quais não reconhecem outros Argumentos além de Argumentações.

Há certa ocupação mental aprazível que, por não possuir nome próprio, infiro que não seja tão comumente praticada quanto merece, pois, moderadamente tolerada – digamos, durante algo como cinco ou seis por cento do tempo desperto de alguém, talvez durante um passeio – é suficientemente revigorante, mais do que para recompensar o dispêndio. Por não envolver propósito algum, salvo aquele de pôr de lado todo propósito sério, algumas vezes estive um tanto inclinado a chamá-la *rêverie*^{ix}, com alguma qualificação. No entanto, para um estado mental tão antípoda ao vagar e ao sonhar, tal denominação seria de um desajuste sobremaneira excruciante. De fato, é Puro Jogo. Ora, Jogo é, todos sabemos, um exercício vívido das forças de alguém. O Puro Jogo não tem regras, exceto a lei mesma da liberdade. O vento sopra onde quer^x. Não possui propósito, a não ser a recreação. A ocupação particular que quero dizer, – uma *petite bouchée*^{xi} com os Universos, – pode tomar ou a forma de contemplação estética, ou a de construir castelos distantes (seja na Espanha ou dentro do próprio treino moral de alguém), ou a de considerar alguma maravilha em um dos Universos, ou alguma conexão entre dois dos três, com especulação acerca de sua causa. É esta última espécie – chamá-la-ei, no geral, “Devaneio”^{xii} – que eu particularmente recomendo, porque florescerá em tempo no A. N. Quem se sinta com o propósito de se tornar convencido da verdade da religião não está, evidentemente, investigando com singeleza científica de coração. Essa pessoa deve sempre suspeitar de si mesma de não raciocinar de maneira desonesta. Dessa forma, ela nunca pode atingir a inteireza da crença própria de um físico em elétrons, embora isso seja reconhecidamente apenas provisório. Mas deixe que à meditação religiosa seja permitido crescer espontaneamente do Puro Jogo, sem qualquer brecha de continuidade, e o Devaneador reterá o candor perfeito próprio ao Devaneio.

Se alguém que se determinou a testar o Devaneio como uma recreação favorita me pedisse um conselho, eu responderia da seguinte maneira: a aurora e o crepúsculo deveras convidam ao Devaneio,

mas não encontrei vigília alguma do *nychthémeron*^{xiii} que não tenha as suas próprias vantagens para a busca dele. O Devaneio começa de maneira bastante passiva com o beber na impressão de algum recanto de um dos três Universos. Mas a impressão logo passa à observação atenta, a observação ao devanear, o devanear a um vívido toma-lá-dá-cá de comunhão entre self e self. Se for permitido que as observações e reflexões de uma pessoa se especializem demais, o Jogo será convertido em estudo científico, e isso não pode ser perseguido em meias-horas acidentais.

Devo acrescentar: adere ao único ordenamento do Jogo, a lei da liberdade. Posso atestar que o último meio século, ao menos, nunca esteve em falta de tribos do *Sir* Oráculos que mascateia brocardos para interditar uma ou outra trilha de inquirição^{xiv}, e seria necessário um Rabelais para liberar toda a graça que foi empacotada nos seus ares de infalibilidade. Auguste Comte, sem prejuízo de haver evidentemente produzido algum pensamento inquestionavelmente genuíno, foi, durante muito tempo, o chefe de uma associação dessas. A voga de cada uma dessas máximas particulares foi necessariamente breve. Pois qual distinção é possível ganhar repetindo adágios ouvidos de todas as bocas? Nenhuma moda ultrapassada parece mais grotesca do que um *panache*^{xv} de sabedoria obsoleta. Lembro-me dos dias quando a moda era pronunciar que nenhuma ciência deve emprestar os métodos de outra: o geólogo não deve usar um microscópio, nem o astrônomo um espectroscópio. A ótica não deve se meter com a eletricidade, nem a lógica com a álgebra. Mas vinte anos mais tarde, se você aspirasse passar por um intelecto imponente, teria de fechar a cara e declarar: “Não é o negócio da ciência procurar por origens”. Essa máxima era uma obra-prima, já que nenhuma alma tímida, temerosa de ser considerada ingênua, ousaria investigar quais “origens” haveria, embora o confessor secreto compelissem em seu peito a terrível autoconsciência de não fazer ideia acerca de que mais, além de “origens” de fenômenos (em algum sentido daquela palavra indefinida), pode o homem investigar. O fato de que a razão humana pode compreender algumas causas já deixou para trás todas as negações, e já que somos forçados a reconhecer algum elemento dado na experiência, é razoável esperar evidências positivas antes de complicarmos esse nosso reconhecimento com qualificações.^{xvi} De outra maneira, por que se aventurar além da observação direta? Ilustrações deste princípio abundam na ciência física. Já que, então, é certo que o homem é capaz de entender as leis e as causas de alguns fenômenos, é razoável supor que, com respeito a qualquer problema dado, o homem o resolveria corretamente, se tempo e atenção suficientes forem a isso devotados. Além do mais, aqueles problemas que, à primeira vista, parecem absolutamente insolúveis, recebem, naquela mesma circunstância, – como Edgar Poe notou em seu “Os Crimes na Rua Morgue”, – suas chaves finamente ajustadas.^{xvii} Isso os adapta particularmente ao Jogo do Devaneio.

Quarenta ou cinquenta minutos de pensamento analítico vigoroso e diligente lançados sobre algum desses problemas normalmente bastam para eduzir dele tudo que há para eduzir, a saber, sua solução geral. Não há espécie de raciocínio que eu desejaria desencorajar no Devaneio, e eu lamentaria se encontrasse alguém que o confinasse a um método de fertilidade tão moderada como o da análise lógica. Somente, o Jogador deve ter em mente que as armas superiores no arsenal do pensamento não são brinquedos, mas ferramentas pontiagudas. Em qualquer Jogo simples, elas podem ser usadas apenas para exercício, ao passo que, no Devaneio, a análise lógica pode ser levada à sua eficiência total. Então, continuando os conselhos que me foram pedidos, eu diria: “Entra em teu bote de Devaneio, faz-te ao lago do pensamento, e deixa o sopro do firmamento enfunar a tua vela^{xviii}. Com teus olhos abertos, acorda para o que está à volta ou dentro de ti e abre uma conversa contigo mesmo, pois assim é toda meditação”. Não é, porém, uma conversação apenas em palavras, antes, é ilustrada, como uma lição, com diagramas e com experimentos.

Pessoas diferentes têm tantos modos maravilhosamente diferentes de pensar que dizer quais cursos os Devaneios não poderiam tomar estaria muito além da minha competência, demais até. Contudo, um cérebro dotado de controle automático – como é indiretamente o do homem – está tão natural e corretamente interessado nas suas próprias faculdades que algumas questões psicológicas e semipsicológicas, sem dúvida, seriam tocadas, tais como, na última classe [a das semipsicológicas],

esta: Darwinistas, com ingenuidade verdadeiramente surpreendente, inventaram, e, com confiança ainda mais espantosa, aceitaram como demonstrada uma explicação para as diversas e delicadas belezas das flores, outra para aquela das borboletas, e assim por diante; mas por que é toda a natureza – as formas das árvores, a composição dos ocasos – totalmente encharcada com tais belezas – e não só a natureza, mas do mesmo modo os dois outros Universos? Dentre questões mais puramente psicológicas, é provável que atraia atenção aquela da natureza do prazer e da dor. Serão meras qualidades de sentimento ou serão, em vez disso, instintos motores atraindo-nos para alguns sentimentos e repelindo outros? Têm o prazer e a dor o mesmo tipo de constituição ou serão nesse aspecto contrastantes, o prazer surgindo da formação ou do fortalecimento de uma associação por semelhança, e a dor do enfraquecimento ou da dilaceração de tal hábito ou concepção?

Especulações psicológicas naturalmente levarão a devaneações acerca de problemas propriamente metafísicos – um bom exercício para uma mente com uma queda para o pensamento exato. Aqui encontramos aquelas questões que, à primeira vista, não parecem oferecer alavanca para a garra da razão, mas sujeitam-se prontamente à análise lógica. No entanto, a análise lógica não bastará para resolver certos problemas de metafísica que inevitavelmente surgirão. Alguns dos melhores serão motivados por um desejo de compreender agregados de extensão universal de fenômenos não formulados, mas parcialmente experienciados. A fim de que algum ingrediente significativo não seja perdido no processo, eu sugeriria que o Devaneador não seja impaciente demais para os analisar, mas comece pela ponderação deles de todo ponto de vista, até que pareça ler alguma verdade sob os fenômenos.

Nesse ponto, uma mente treinada exigirá que seja feito um exame da verdade da interpretação, e o primeiro passo em tal exame deve ser uma análise lógica da teoria. Mas o exame rigoroso seria uma tarefa um pouco séria demais para o Devaneio de frações de hora, e, se for postergado, haverá ampla remuneração mesmo naquelas sugestões para as quais não há tempo para examinar; principalmente dado que umas poucas delas apelarão à razão como tudo, menos como certa.

Deixe o Devaneador, por exemplo, depois de bem apreciar a inefável variedade de cada Universo em sua largura e profundidade, voltar-se àqueles fenômenos que, em cada um dos Universos, são da natureza de homogeneidades de conectividade – e que espetáculo se desdobrar! Como uma mera sugestão desses fenômenos, posso indicar que cada pequena parte de espaço, mesmo remota, está limitada justamente por tantas partes vizinhas como cada outra, sem uma única exceção por toda a imensidade. A matéria da Natureza é das mesmas espécies elementares em cada estrela, e (exceto por variações de circunstância) o que é ainda mais maravilhoso, por todo o universo visível, prevalecem aproximadamente as mesmas proporções de diferentes elementos químicos. Embora somente o mero catálogo de componentes conhecidos do carbono já bastaria para preencher um volume difícil de manejar, e talvez, se a verdade fosse conhecida, o número de aminoácidos por si só seja ainda maior, é improvável que haja mais do que cerca de 600 elementos no todo, dos quais 500 dardejaram rápido demais através do espaço para serem trazidos para baixo pela gravitação da Terra, sendo o corônio o mais vagaroso destes^{xix}. Este pequeno número indica comparativa simplicidade estrutural. Ainda assim, nenhum matemático deixará de confessar a presente falta de esperança em tentar compreender a constituição do átomo de hidrogênio, o mais simples dos elementos que pode ser mantido na Terra.^{xx}

Das especulações sobre as homogeneidades de cada Universo, o Devaneador passará naturalmente à consideração de homogeneidades e conexões entre dois Universos diferentes, ou entre todos os três. Especialmente, neles todos encontramos um tipo de ocorrência, a do crescimento, ela mesma consistindo nas homogeneidades de partes pequenas. Isso é evidente no crescimento do movimento em deslocamento e no crescimento da força em movimento. No crescimento, encontramos, também, que os três Universos conspiram, e um aspecto universal do crescimento é a preparação para estágios tardios em estágios mais precoces. Este é um espécime de certas linhas de reflexão que inevitavelmente sugerirão a hipótese da Realidade de Deus. Não que tais fenômenos não possam ser explicados, em um sentido específico, pela ação do acaso junto com a menor dose concebível de um elemento mais alto, pois, se por Deus se quiser

dizer o *Ens necessarium*, essa mesma hipótese requer que esse deva ser o caso. Mas o ponto é que esse tipo de explicação deixa uma explicação mental exatamente tão necessária quanto antes. Diga-me, com base em autoridade suficiente, que toda cerebração depende de movimentos de neurites que obedecem estritamente a certas leis físicas e que, assim, todas as expressões de pensamento, tanto externas quanto internas, recebem uma explicação física, e estarei pronto a acreditar em você. Mas se você continuar a dizer que isso explode a teoria de que meu vizinho e eu somos governados pela razão, e somos seres pensantes, devo francamente dizer que isso não me fará ter uma opinião elevada da sua inteligência. Mas seja como for, no Puro Jogo de Devaneio a ideia da Realidade de Deus certamente será considerada, mais cedo ou mais tarde, como uma atraente fantasia que o Devaneador desenvolverá de várias maneiras. Quanto mais a pondere, mais ela encontrará resposta em cada parte de sua mente, pela sua beleza, por suprir um ideal de vida e pela sua explicação completamente satisfatória de todo o tríplice meio-ambiente dele.

II

Embora toda hipótese, como tal, suponha ser seu objeto verdadeiramente concebido nela mesma, a hipótese de Deus é uma hipótese peculiar, já que supõe um objeto infinitamente incompreensível. Isto deixa à hipótese somente um jeito de ser entendida, a saber, como vaga, e, no entanto, como verdadeira à medida que for definida, e como tendente a se definir mais e mais, contínua e ilimitadamente. A hipótese, estando assim ela mesma inevitavelmente sujeita à lei do crescimento, parece em sua vagueza representar Deus dessa mesma maneira, embora isto seja contraditado diretamente na hipótese desde a sua primeiríssima fase. Mas essa aparente atribuição de crescimento a Deus, já que é inerradicável da hipótese, não pode, de acordo com a hipótese, ser completamente falsa. Suas implicações relativas aos Universos serão mantidas na hipótese, enquanto suas implicações relativas a Deus serão parcialmente repudiadas, e ainda assim serão sustentadas como menos falsas do que a sua negação seria. Assim, a hipótese nos levará a conceber como propositais certos aspectos de cada Universo, e isto permanecerá ou cairá com a hipótese. No entanto, um propósito envolve essencialmente o crescimento e, dessa forma, não pode ser atribuído a Deus. De acordo com a hipótese, ainda será menos falso falar assim do que representar Deus como sem propósito.

Certo como estou, com base na minha própria experiência pessoal, de que todo homem capaz de controlar sua atenção de modo a desempenhar seu pensamento com um pouco de exatidão, se ele examinar o argumento de Zenão sobre Aquiles e a tartaruga, chegará a pensar, como eu, que não passa de uma pegadinha insignificante; e, com base no que sei dos efeitos do Devaneio sobre mim e sobre outros, não penso que ou estou ou que deveria estar menos certo de que qualquer homem normal que considere os três Universos à luz da hipótese da Realidade de Deus, e persiga essa linha de reflexão com singeleza científica de coração, virá a ser excitado nas profundezas de sua natureza pela beleza da ideia e pela sua augusta praticidade, chegando até mesmo ao ponto de amar e adorar sinceramente seu Deus estritamente hipotético e desejar sobre todas as coisas moldar toda a conduta da vida e todas as fontes de ação em conformidade com essa hipótese. Agora, estar deliberada e completamente preparado para moldar a conduta em conformidade com uma proposição não é nem mais nem menos do que o estado mental chamado Acreditar em tal proposição, não importa o quanto seja posposta a sua classificação consciente sob tal cabeçalho.

III

Eis meu pobre esboço do Argumento Negligenciado, grandemente reduzido para trazê-lo para dentro dos limites prescritos para este artigo. Em seguida, deveria vir a discussão da sua logicidade. Todavia, nada passível de se ler numa sentada conseguiria fazer o leitor compreender a minha demonstração

total dos principais pontos de um tal exame. Posso apenas esperar fazer do resto deste escrito um tipo de sumário, com base no qual alguns possam adivinhar o que tenho a dizer, ou expor uma série de pontos plausíveis por meio dos quais o leitor terá de construir por si mesmo a linha contínua do raciocínio. Em minha própria mente, a demonstração está elaborada, e aplico minhas energias para submetê-la à censura pública. Meu presente resumo será ele mesmo dividido em três partes desiguais. A primeira fornecerá os títulos dos diferentes passos de toda inquirição bem conduzida e completa, sem notar possíveis divergências da norma. Deverei mencionar alguns passos que nada têm que ver com o Argumento Negligenciado, para mostrar que não adicionam nem um *i* nem um ponto do *i* à verdade^{xxi} que é invariavelmente apresentada exatamente como o Argumento Negligenciado a apresenta. A segunda parte deverá muito brevemente afirmar, sem argumento (para o qual não há espaço), exatamente onde reside a validade lógica do raciocínio característico de cada um dos principais estágios de inquirição. A terceira parte deverá indicar o lugar do Argumento Negligenciado em uma inquirição completa sobre a Realidade de Deus, e mostrar quão bem o A. N. preencheria esse lugar, bem como qual é o seu valor lógico, supondo que a inquirição esteja limitada a isto. Além disso, deverei adicionar umas poucas palavras para mostrar como o A. N. pode ser suplementado.

Toda inquirição, de qualquer tipo, emerge na observação, em um ou outro dos três Universos, de algum fenômeno surpreendente, alguma experiência que ou desaponta uma expectativa ou interrompe algum hábito de expectativa do *inquisiturus*^{xxii}, e cada exceção aparente a esta regra apenas a confirma. Há distinções óbvias entre os objetos de surpresa em casos diferentes, mas, ao longo deste ligeiro esboço de inquirição, tais detalhes não serão notados, principalmente porque é sobre isto que dissertam os livros de lógica. A inquirição começa com a ponderação desses fenômenos em todos os seus aspectos, em busca de um ponto de vista com base no qual o maravilhamento deva ser resolvido. Com o tempo, surge uma conjectura que fornece uma Explicação possível – com o que quero dizer um silogismo que exhibe o fato surpreendente como necessariamente consequente das circunstâncias de sua ocorrência, tomadas como premissas conjuntamente com a verdade da conjectura crível. Por conta dessa Explicação, o investigador é levado a considerar a sua conjectura, ou hipótese, com favor. Na minha formulação, ele a sustenta provisoriamente como “Plausível”. Essa aceitação da conjectura, em diferentes casos, varia – e varia razoavelmente – de uma mera expressão sua no modo interrogativo, como uma questão que merece atenção e resposta, até a inclinação incontrolável a acreditar, passando por todas as avaliações de Plausibilidade. Toda a série de ações mentais^{xxiii} entre notar o fenômeno maravilhoso e aceitar a hipótese, durante a qual o entendimento usualmente dócil parece tomar as rédeas^{xxiv} e nos deter sob sua mercê – a busca por circunstâncias pertinentes e o assegurar-se delas, às vezes sem dar-mo-nos conta; seu escrutínio; o laborar no escuro; o irromper da conjectura impressionante; a observação de seu delicado ajuste à anomalia, tal como uma chave na fechadura que gira para frente e para trás; e a estimativa final de sua Plausibilidade – eu reconheço como componente do Primeiro Estágio de Inquirição. A sua fórmula característica de raciocínio denomino de Retrodução, isto é, raciocínio de consequente para antecedente. Sob certo aspecto, a designação parece inadequada, pois, na maioria dos casos em que a conjectura alcança os altos picos da Plausibilidade, – e é *realmente* muito digna de confiança – o investigador é definitivamente incapaz de formular o que é a maravilha explicada, ou só o pode assim fazer sob a luz da hipótese. Em suma, é antes uma forma de Argumento, e não uma Argumentação.

A Retrodução não oferece segurança. A hipótese deve ser testada. Tal teste, para ser logicamente válido, deve honestamente iniciar não como a Retrodução inicia, com escrutínio dos fenômenos, mas com o exame da hipótese e com uma revisão de todos os tipos de consequências experimentais condicionais que decorreriam de sua verdade. Isto constitui o Segundo Estágio de Inquirição. Para a sua forma característica de raciocínio, nossa linguagem tem disposto, por dois séculos, felizmente, do nome de Dedução.

A Dedução tem duas partes. Pois seu primeiro passo deve ser, pela análise lógica, Explanar a hipótese^{xxv}, isto é, torná-la tão perfeitamente distinta quanto possível. Esse processo, como a Retrodução,

é um Argumento, não uma Argumentação. Diferentemente da Retrodução, porém, não pode dar errado por falta de experiência, mas, enquanto proceder corretamente, deverá alcançar uma conclusão verdadeira. A Explanação é seguida pela Demonstração, ou Argumentação Dedutiva. Seu procedimento é mais bem aprendido tomando por base o Livro I dos *Elementos* de Euclides – uma obra-prima que em perspicuidade real é muito superior aos *Analíticos* de Aristóteles – e suas numerosas falácias fazem-no deveras instrutivo para um estudante aplicado. A Demonstração invariavelmente requer algo da natureza de um diagrama, isto é, um “Ícone” ou Signo que representa seu Objeto assemelhando-se a ele. É comum necessitar também de “Índices”, ou Signos que representam seus Objetos por estarem efetivamente ligados a eles. Mas ela é principalmente composta de “Símbolos”, ou Signos que representam seus Objetos essencialmente porque assim serão interpretados. A Demonstração deve ser, quando puder, *Corolarial*. Uma definição acurada da Demonstração Corolarial exigiria uma longa explicação, mas bastará dizer que ela se limita a considerações já introduzidas ou então envolvidas na Explanação de sua conclusão, ao passo que a Demonstração *Teorética* lança mão de processos de pensamento mais complicados.

Tendo sido levado suficientemente adiante o propósito da Dedução, o de coligir consequentes da hipótese, entra a inquirição em seu Terceiro Estágio, o de certificar até que ponto esses consequentes concordam com a Experiência, e julgar, de acordo com isso, se a hipótese está sensivelmente correta, ou requer alguma modificação não essencial, ou se deve ser inteiramente rejeitada. Seu modo característico de raciocínio é a Indução. Esse Estágio tem três partes. Pois ele deve começar com a Classificação, que é uma espécie de Argumento Indutivo Não-Argumentativo, por meio do qual Ideias gerais são vinculadas a objetos de Experiência, ou, antes, por meio do qual os últimos são subordinados às primeiras. Em seguida a isso, virão as argumentações-testes, as Comprovações. E toda a inquirição será finalizada com a parte Sentencial do Terceiro Estágio, a qual, por raciocínios Indutivos, avalia singularmente as diferentes Comprovações; em seguida, as suas combinações; em seguida faz autoavaliação exatamente destas mesmas avaliações; e passa o juízo final sobre todo o resultado.

As Comprovações, ou Argumentações Indutivas diretas, são de duas espécies. A primeira é aquela que Bacon insatisfatoriamente descreveu como “*inductio illa quae procedit per enumerationem simplicem*”^{xxvi} (assim, ao menos, ele foi entendido). Para uma enumeração de casos, não é essencial ao argumento que, por exemplo, não haja seres tais como fadinhas, ou nenhuns eventos como milagres. O ponto é que não há nenhum caso bem-estabelecido de uma tal coisa. A isto, denomino Indução Rudimentar^{xxvii}. É a única Indução que conclui uma Proposição logicamente Universal. É o mais fraco dos argumentos, e está propenso a ser demolido em um momento, como aconteceu perto do fim do século XVIII com a opinião do mundo científico de que pedras não caem do céu. A outra espécie é a Indução Gradual, a que faz uma nova estimativa da proporção de verdade na hipótese a cada novo caso, e, dado qualquer grau de erro, *alguma vez* haverá (ou haveria, se na Comprovação se persistisse) uma estimativa que será absolutamente a última a ser infectada com tanta falsidade. A Indução Gradual ou é Qualitativa ou Quantitativa, e essa última ou depende de mensurações ou de estatísticas, ou contagens.

IV

Acerca da questão da natureza da validade lógica possuída por Dedução, Indução e Retrodução, o que ainda é uma arena de controvérsia, devo me confinar a expressar as opiniões que estou preparado a defender com demonstrações positivas. A validade da Dedução foi corretamente analisada, ainda que não muito claramente, por Kant.^{xxviii} Essa espécie de raciocínio lida exclusivamente com Ideias Puras que se ligam primordialmente a Símbolos e derivadamente a outros Signos de nossa própria criação. E o fato de que o homem tem um poder de Explanar a sua própria significação torna a Dedução válida. A Indução é uma espécie de raciocínio que pode nos levar ao erro, mas o poder do homem de perceber a Certeza Indutiva assegura que ela segue um método que, suficientemente perseverado, será Indutivamente Certo

(o tipo de certeza que temos de que uma moeda perfeita, se lançada para o alto com frequência suficiente, *alguma vez* cairá com a cara para cima) para diminuir o erro abaixo de qualquer grau pré-designado. Em tudo isto, convido o leitor a espiar através extremidade grande do telescópio: há uma riqueza de detalhes pertinentes que deve aqui ser deixada de lado.

Finalmente, chega a questão de fundo da Crítica lógica: que sorte de validade pode ser atribuída ao Primeiro Estágio da inquirição? Observe-se que nem a Dedução nem a Indução contribuem o menor item positivo para a conclusão final da inquirição. Elas tornam definido o indefinido: a Dedução Explica; a Indução avalia – isso é tudo. Sobre o abismo que se abre entre o objetivo último da ciência e essas ideias do meio-ambiente do Homem – as que sobrevinham a ele durante suas perambulações primevas na floresta, quando sua própria noção de erro era da mais vaga e ainda assim ele conseguia se comunicar com algum companheiro – estamos construindo uma ponte em balanço^{xxix} de indução, sustentada por escoras e amarras científicas. Não obstante, cada plataforma de seu avanço é primeiro assentada somente pela Retrodução, quer dizer, pelas conjecturas espontâneas da razão instintiva, e nem a Dedução nem a Indução contribuem um único conceito novo para a estrutura. Nem isto é menos verdadeiro ou menos importante para tais investigações que o autointeresse estimula.

A primeira resposta que naturalmente damos a esta questão é a de que não conseguimos deixar de aceitar a conjectura em uma avaliação como aquela na qual a aceitamos, seja como uma simples interrogação, ou como mais ou menos Plausível, ou, ocasionalmente, como uma crença irresistível. No entanto, longe de constituir, por si mesmo, uma justificação lógica tal como convém a um ser racional produzir, este pleito, a cuja sugestão *não conseguimos deixar* de ceder, nada mais quer dizer do que uma confissão de haveremos falhado em treinar a nós mesmos no controle de nossos pensamentos. É mais propositado, entretanto, insistir que a força do impulso é um sintoma de ele ser instintivo. Animais de todas as raças elevam-se muito acima do nível geral de sua inteligência naquelas ações que são sua função própria, como voar e construir ninhos para os pássaros comuns. E qual é a função própria do homem, se não for incorporar ideias gerais em criações de arte, em utilidades, e, sobretudo, em cognição teórica? Dizer que a própria consciência de adivinhar as razões dos fenômenos é mentirosa seria tão tolo em um homem como seria, para um jovem passarinho, recusar confiança às suas asas e deixar o ninho porque o pobrezinho leu Babinet^{xxx} e julgou ser impossível a aerostação em solos hidrodinâmicos. Sim, devemos confessar que, *se soubéssemos* que o impulso para preferir uma hipótese à outra é realmente análogo aos instintos de pássaros e vespas, seria tolice não dar uma chance a ele, dentro dos limites da razão; e isso principalmente visto que devemos conceber alguma hipótese ou então renunciar a todo conhecimento posterior àquele que já ganhamos por esses mesmos meios. Mas é um fato que o homem possui essa faculdade mágica? Não, eu replico, a ponto de adivinhar corretamente na primeira vez, nem talvez na segunda, mas é verdade histórica que a mente bem preparada tem adivinhado maravilhosamente logo cada segredo da natureza. Todas as teorias da ciência foram assim obtidas. Elas não podem, porém, ter vindo fortuitamente ou por meio de alguma modificação de acaso, conforme supõe o Darwinista? Respondo que três ou quatro métodos independentes de computação mostram que seria ridículo supor que a nossa ciência tenha vindo a acontecer assim. Não obstante, vamos supor que ela possa ser assim “explicada”, assim como os necessitaristas materialistas^{xxxii} supõem que qualquer ato proposital meu vem a acontecer. Mesmo assim, e daí? Essa explicação materialista, supondo-se que aceita, mostra que a razão nada tem que ver com minhas ações? Mesmo os paralelistas^{xxxiii} admitirão que uma explicação deixa ficar a mesma necessidade da outra, que havia antes que ela fosse dada, e isto certamente é lógica correta. Há uma razão, uma interpretação, uma lógica, no curso do avanço científico, e isto demonstra, indisputavelmente àquele que tem percepções de relações racionais, ou significantes, que a mente do homem deve ter sido afinada à verdade das coisas para ele descobrir o que descobriu. Essa é a própria pedra fundamental da verdade lógica.

A ciência moderna foi construída segundo o modelo de Galileu, que a fundou sobre *il lume naturale*. Esse profeta verdadeiramente inspirado afirmara que, de duas hipóteses, a *mais simples* deve ser

preferida^{xxxiii}, mas eu fui, inicialmente, um daqueles que, em nossa tola presunção de nos fantasiarmos a nós mesmos como mais astutos do que ele, mudaram a máxima para querer dizer a mais simples *logicamente*, a que adiciona o mínimo ao que já foi observado, a despeito de três objeções óbvias: primeiro, a de que assim não haveria suporte para qualquer hipótese; segundo, que, pelo mesmo considerado, nós deveríamos nos contentar simplesmente com formular as observações especiais efetivamente feitas; e, em terceiro lugar, que todo avanço da ciência que posteriormente abre a verdade para nossa visão descobre um mundo de complicações inesperadas. Foi somente depois de longa experiência me forçar a perceber que descobertas subsequentes estavam a mostrar, a cada vez, que eu estivera errado – ao passo que aqueles que entenderam a máxima como Galileu logo descobriram o segredo – que minha vista clareou e minha mente acordou para a plena e flamejante luz do dia – que deve ser preferida a hipótese mais simples no sentido da mais fácil e mais natural, aquela que o instinto sugere, pela razão de que, a menos que o homem tenha uma tendência natural de acordo com a da natureza, ele não tem chance alguma de a entender. Muitos testes desse fato positivo e principal, relacionados tanto com os meus próprios estudos quanto com as pesquisas dos outros, me confirmaram nesta opinião, e quando eu vier a colocá-los em um livro, seu arranjo convencerá a todos. Ah! Não! Estou me esquecendo daquela armadura, impenetrável pelo pensamento preciso, com a qual as mentes do mais raso escalão estão vestidas! Essas podem, por exemplo, ter a noção de que a minha proposição envolve uma negação da rigidez das leis de associação – isto estaria bem a par com muito do que é corrente. Não quero com isso dizer que a simplicidade lógica é uma consideração sem qualquer valor de nenhum tipo, mas apenas que seu valor é pobremente secundário, comparado àquele da simplicidade em outros sentidos.

Se, entretanto, a máxima estiver correta no sentido de Galileu, daí decorre que o homem tem, em certo grau, um poder divinatório, primário ou derivado, como aquele de uma vespa ou um pássaro, e aí exemplos abundam para mostrar que certa confiança totalmente peculiar em uma hipótese, a qual não deve ser confundida com presunção precipitada, tem um valor muito apreciável como um signo da verdade da hipótese. Lamento não poder dar um relato de certos casos interessantes e quase convincentes. O A. N. instiga essa confiança peculiar no mesmo grau altíssimo.

V

Temos agora de aplicar estes princípios à apreciação do A. N. Tivesse eu espaço, poria isto na forma de imaginar quão símil^{xxxiv} é ser estimado por três tipos de homens. O primeiro, de pouca instrução, com um correspondente fôlego natural, intimamente familiarizado com o A. N., mas para quem a lógica é puro grego; o segundo, inflado com noções correntes de lógica, mas prodigiosamente informado acerca do A. N.; o terceiro, um homem de ciência treinado que, dentro do espírito moderno, adicionou à sua especialidade um estudo exato, teórico e prático, do raciocínio e dos elementos do pensamento, de modo que os psicólogos o tomam por um tipo de psicólogo, e os matemáticos, por um tipo de matemático.

Eu deveria, então, mostrar como o primeiro teria aprendido que nada tem qualquer valor – seja estético, moral ou científico – em si mesmo, mas apenas em seu lugar na produção total à qual pertence, bem como que uma alma individual, com suas minúsculas agitações e calamidades, é um zero, exceto conforme preencha seu lugar infinitesimal e aceite sua pouca utilidade como o seu tesouro inteiro. Ele verá que, embora seu Deus “*realmente*” (em certo sentido) não adapte meios a fins, não obstante, é bem verdade que há relações entre fenômenos que a inteligência finita deve interpretar, e interpretar verdadeiramente, como adaptações que tais. E ele se beatificará pelos seus próprios pesares mais amargos, e louvará a Deus pela lei do crescimento, com todas as lutas que ela lhe impõe – o Mal, isto é, aquilo contra o que é dever do homem lutar, sendo uma das maiores perfeições do Universo. Nessa luta, ele se empenhará em executar exatamente o dever que lhe foi imposto e nada mais. Embora as suas contendas desesperadas devam resultar nos horrores de sua derrota, e ele deva ver os inocentes mais

caros ao seu coração expostos a tormentos, ao frenesi e ao desespero, destinados a ficar estigmatizados com imundície, e atrofiados em sua inteligência, ainda assim, ele talvez espere que isso seja melhor *para eles* e contará a si mesmo que, em todo caso, por meio da sua atuação, eles agirão para o aperfeiçoamento do desígnio secreto de Deus. E mesmo quando estiver ainda quente da batalha, ele se submeterá com adoração à Sua Santa vontade. Ele não se preocupará com o porquê de os Universos não terem sido construídos para convir ao esquema de algum tolo resmungo.

Devo deixar ao leitor que imagine esse contexto^{xxxv}. Acrescentarei tão-só que o terceiro homem, ao considerar o complexo processo de autocontrole, verá que a hipótese, embora seja irresistível à primeira intenção, ainda necessita Comprovação, e que, embora um ser infinito não esteja preso a consistência alguma, mesmo assim o homem, como qualquer outro animal, é dotado com poder de entender suficiente para a conduta da vida. Isso o leva, para testar a hipótese, a apoiar-se no Pragmaticismo que implica fé no senso-comum e no instinto, embora apenas como se resultassem do forno de cúpula da crítica medida.^{xxxvi} Em suma, o terceiro homem dirá que o A. N. é o Primeiro Estágio de uma inquirição científica, que resulta em uma hipótese da mais alta Plausibilidade, cujo último teste deve residir, em seu valor, no crescimento autocontrolado da conduta da vida do homem.

C. S. Peirce
Westfall, Pensilvânia.

ADITAMENTO

Um ninho de três argumentos^{xxxvii} para a Realidade de Deus foi agora esboçado, embora nenhum deles pudesse, dentro dos limites de um único artigo, ser razoavelmente apresentado. O primeiro é aquela meditação sobre a Ideia de Deus, inteiramente honesta, sincera e não afetada, porquanto não premeditada, à qual o Jogo do Devaneio, mais cedo ou mais tarde, levará, e que produzirá, pelo desenvolvimento de um sentido profundo da adorabilidade daquela Ideia, uma Crença Verdadeiramente religiosa em Sua Realidade e Sua proximidade. É um argumento razoável, porque resulta naturalmente na mais intensa e viva determinação (*Bestimmung*^{xxxviii}) da alma na direção de moldar toda a conduta do Devaneador em conformidade com a hipótese de que Deus é Real e muito próximo, e tal determinação da alma a respeito de qualquer proposição é a própria essência de uma Crença viva nessa proposição. Este é aquele “argumento humilde”, aberto a todos os homens honestos, o qual, suspeito, fez mais veneradores de Deus do que qualquer outro.

O segundo argumento do ninho é o que me parece ter sido “negligenciado” por escritores de teologia natural, e consiste em mostrar que o argumento humilde é o fruto natural de meditação livre, já que todos os corações serão arrebatados pela beleza e pela adorabilidade da Ideia, quando ela for assim perseguida. Se os teólogos fossem capazes de perceber a força deste argumento, fariam dele uma apresentação tal da natureza humana universal de modo a mostrar que uma tendência latente na direção da crença em Deus é um ingrediente fundamental da alma, e que, longe de ser um ingrediente vicioso ou supersticioso, é simplesmente o precipitado natural da meditação sobre a origem dos Três Universos. Obviamente, não poderia ter, não mais do que qualquer outra argumentação teológica, o valor ou a vitalidade religiosa do “Argumento Humilde”, pois seria tão-só uma apologia – uma descrição vindicativa – das operações mentais que o Argumento Humilde de fato e ativamente vivifica.^{xxxix} Embora este seja propriamente o argumento negligenciado, mesmo assim eu algumas vezes usei a abreviatura “o A. N.” para todo o ninho dos três.

O terceiro argumento do ninho consiste em um estudo de metodêutica lógica, iluminado pela luz de um conhecimento por contato de primeira mão com o pensamento científico genuíno – o tipo de pensamento cujas ferramentas literalmente compreendem não meramente Ideias de exatidão matemática, mas também o aparato do manipulador habilidoso, efetivamente em uso. O estudante, aplicando aos próprios hábitos

treinados de pesquisa a arte da análise lógica – uma arte tão elaborada e metódica quanto a do analista químico – compara o processo de pensamento do Devaneador sobre os Três Universos com certas partes do trabalho de descoberta científica, e encontra que o “Argumento Humilde” não é nada a não ser uma instância do primeiro estágio de todo este trabalho, o estágio de observar os fatos, de rearranjá-los de modo variegado e de ponderá-los até que, por suas reações com os resultados de experiência científica prévia, haja “evoluído” (como dizem os químicos) uma hipótese explicativa. Ele notará, entretanto, que este exemplo de Retrodução, inegável como esta característica é, aparta-se amplamente do curso ordinário de exemplos, especialmente em três aspectos. Em primeiro lugar, a Plausibilidade da hipótese alcança uma altura quase sem paralelo dentre as hipóteses paralelamente formadas. Tão difícil é duvidar da Realidade de Deus, quando a Ideia brotou de Devaneios, que há um grande perigo de que a investigação parará neste primeiro estágio, devido à indiferença do Devaneador quanto a qualquer demonstração ulterior dela. Ao mesmo tempo, esta mesma Plausibilidade é indubitavelmente um argumento de não pequeno peso em favor da verdade da hipótese.

Em segundo lugar, embora seja uma função principal de uma hipótese explicativa (e alguns filósofos dizem que a única) excitar na mente uma imagem clara por meio da qual consequências experimentais de condições averiguáveis possam ser preditas, embora nessa instância a hipótese possa somente ser apreendida de modo assim tão obscuro que somente em casos excepcionais possa ser feita qualquer dedução direta e definida, baseada em sua interpretação abstrata comum. Por exemplo, como podemos alguma vez esperar ser capazes de predizer qual seria a conduta de qualquer ser onisciente governando não mais do que um pobre sistema solar por apenas um milhão de anos, ou tanto? Quão menos se, sendo também onipotente, seja ele por consequência disso liberto de toda experiência, todo desejo, toda intenção! Já que Deus, em Sua característica essencial de *Ens necessarium*, é um espírito desincorporado^{xi}, e já que há forte razão para sustentar que o que chamamos consciência seja ou meramente a sensação geral do cérebro ou alguma parte dele, ou alguma sensação visceral ou corpórea em todos os eventos, provavelmente Deus não tem consciência. A maioria de nós tem o hábito de pensar que a consciência e a vida psíquica são a mesma coisa, e, quanto ao mais, superestimamos em grande medida as funções da consciência.¹

Os efeitos da segunda peculiaridade da hipótese são neutralizados por uma terceira, que consiste na sua imponente influência sobre toda a conduta da vida de seus crentes. De acordo com essa doutrina lógica, formulada e nomeada de Pragmatismo pelo presente escritor primeiramente em 1873, o verdadeiro significado de qualquer produto do intelecto está em qualquer que seja a determinação unitária que esse produto conferiria à conduta prática sob toda e qualquer circunstância concebível, supondo que tal conduta seja guiada pela reflexão levada a um limite último. É possível que essa tenha sido a filosofia de Sócrates. Contudo, embora seja “um jeito antigo de pensar”^{xli}, no sentido de ter sido praticado por Espinosa, Berkeley e Kant, não estou ciente de que tenha sido definitivamente formulado, seja como uma máxima de análise lógica, seja de qualquer outra maneira, por qualquer pessoa, antes da minha publicação de 1878. Naturalmente, ninguém jamais ouviu falar de pragmatismo. As pessoas não se importam com métodos. Elas querem resultados. Dê a elas todos os diamantes que você fabricar e poderá ficar com o método fabricação para você mesmo. Então, de todo modo, foi só depois de 1898, quando o Prof. James se apoderou da coisa antiga e dignificou-a ao denominá-la, por impresso, pelo seu nome (o que eu jamais fizera quando estive encarregado da parte filosófica do *Century Dictionary*), dando-lhe acabamento e transformando-a em uma doutrina filosófica, que o pragmatismo teve qualquer voga. No entanto, a doutrina não brilhou com sua atual refulgência até o Prof. Papini descobrir que ela não pode ser definida – uma circunstância que, creio, a distingue de todas as demais doutrinas jamais promulgadas, de qualquer natureza que possam ser. Por causa disso, pensei ser já avançada a hora de dar ao meu método uma designação menos distinta,

1 Ver o escrito de James “Does ‘Consciousness’ Exist?”, no *Journal of Philosophy, Psychology, and Scientific Method* 1, 477; 1º de Setembro de 1904. Mas a resposta negativa, em si mesma, não é novidade.

e a batizei de pragmaticismo. O pragmaticismo, então, é uma teoria da análise lógica ou da definição verdadeira, e seus méritos são os maiores quando ele é aplicado às mais elevadas concepções metafísicas. Ao mesmo tempo, esses méritos só podem ser apreciados como o resultado de longo treinamento. Uma exposição completa da definição pragmaticista de *Ens necessarium* exigiria muitas páginas, mas algumas pistas nessa direção podem ser dadas. Um espírito desincorporado, ou mente pura, tem seu ser fora do tempo, já que tudo aquilo que ele é fadado a pensar existe totalmente em seu ser em qualquer e em cada tempo prévio. No tempo infinito, porém, ele está fadado a pensar tudo que for capaz de pensar. A ordem é simplesmente o pensamento incorporado em arranjo e o pensamento incorporado de qualquer outro modo aparece objetivamente como uma característica que é uma generalização da ordem, e a isso, na falta de qualquer palavra, podemos denominar por ora de Superordem. É algo como a uniformidade. A ideia pode ser captada se for descrita como aquilo de que a ordem e a uniformidade são variedades particulares. A mente pura, já que criativa do pensamento, tem que – na medida em que se manifesta no tempo – parecer como se tivesse uma característica relativa à capacidade de aquisição de hábito exatamente assim como a superordem se relaciona com a uniformidade. Ora, imaginemos – dessa maneira vaga como tal coisa pode ser imaginada – uma cosmologia perfeita dos três universos. Tudo que a razão pudesse desejar relativamente a esse assunto, essa cosmologia demonstraria, e, é claro, tudo que ela viria a demonstrar tem de ser verdadeiro agora no fato concreto^{xlii}. No entanto, a razão desejaria que deve ser provado aquilo de que se seguiria tudo que é de fato verdadeiro acerca dos três universos, e o postulado do qual tudo isso se seguiria não pode declarar qualquer questão de fato, já que, com isso, esse fato restaria sem explicação. Essa cosmologia perfeita, portanto, tem de mostrar que toda a história dos três universos, tal como tem sido e como venha a ser, decorreria de uma premissa que não os suporia existir, de modo algum. Além do mais, essa premissa tem de ser de fato verdadeira. Mas essa premissa tem de representar um estado de coisas em que os três universos fossem completamente nulos. Consequentemente, se no tempo ou não, os três universos têm de realmente de ser resultados absolutamente necessários de um estado de absoluto nada. Nós mesmos não conseguimos conceber esse estado de nulidade, mas podemos facilmente conceber que deva existir uma mente que conseguisse concebê-lo, já que, afinal, nenhuma contradição pode estar envolvida na mera não-existência.

Um estado em que absolutamente não existisse superordem alguma, qualquer que fosse, seria um tal estado de nulidade. Pois todo Ser envolve alguma espécie de superordem. Por exemplo, supor que uma coisa tem qualquer característica particular é supor que uma proposição condicional é verdadeira dela, proposição esta que expressaria alguma espécie de superordem, como o faz qualquer formulação de um fato geral. Supor que essa coisa tem elasticidade de volume é supor que se ela fosse sujeitada à pressão, seu volume diminuiria até certo ponto em que a pressão total fosse atingida dentro e fora de sua periferia. Isso é uma superordem, uma lei, exprimível por uma equação diferencial. Qualquer superordem assim seria um super-hábito. Qualquer estado geral de coisas, de qualquer natureza, seria uma superordem e um super-hábito. Nesse estado de nulidade absoluta, dentro ou fora do tempo, isto é, antes ou depois da evolução do tempo, tem então de haver existido um *tohu-bohu*^{xliii} do qual nada, fosse de natureza afirmativa ou negativa, era universalmente verdadeiro. Tem de ter existido aqui e ali uma tendência um pouco indiferenciada para adquirir super-hábitos. Esse estado, porém, deve obrigatoriamente tender a *aumentar a si mesmo*. Pois uma tendência a agir de qualquer maneira, combinada com uma tendência a adquirir hábitos, tem de aumentar a tendência de agir dessa maneira. Agora, substitua-se, nessa afirmação geral, “tendência a agir dessa maneira” por uma tendência a adquirir hábitos, e veremos que essa tendência crescerá. Ela também viria a se diferenciar de várias maneiras. Mas há alguns hábitos que, levados além de certo ponto, eliminam do universo os seus sujeitos. Há muitas maneiras em que isso pode ocorrer. Assim, uma tendência a perder massa terminará em uma perda total de massa. Uma tendência a perder energia terminará por remover o seu sujeito da existência perceptível. Uma tendência a ganhar energia terminará com o lançamento do corpo através do universo, tão rapidamente que não produzirá quaisquer efeitos etc.

Dentre as muitas considerações pertinentes que foram desamontoadas deste artigo, posso mencionar precisamente que poderia ter sido mostrado que a hipótese da Realidade de Deus não é uma conclusão tão logicamente isolada como pode parecer. Ao contrário, é tão conexa com uma teoria da natureza do pensamento, que, se isto for demonstrado, assim é. Pois não há tal dificuldade em rastrear as consequências experienciais desta teoria do pensamento como há em tentar delinear diretamente outras consequências da realidade de Deus. Em um artigo tão curto, não se poderia esperar que eu devesse considerar objeções. Embora as objeções, tais como são, são óbvias o bastante, e poucas delas assumem à primeira vista um aspecto respeitável. Por exemplo, pode ser dito que, já que eu comparo o poder do homem de adivinhar a verdade com os instintos dos animais, eu deveria haver notado que estes são inteiramente explicados pela ação da seleção natural que dota os animais com tais poderes como um contributo à preservação de suas diferentes linhagens; e que há evidências de que o poder do homem de penetrar os segredos da natureza depende disto, [a saber,] do fato de que todas as ciências bem-sucedidas foram ou mecânicas, no tocante às suas teorias, ou psicológicas. Ora, algumas noções de mecânica são necessárias a todos os animais para habilitá-los a conseguir comida, e são necessárias mais ainda ao homem; ao passo que ideias corretas de o que se passa nas mentes de seus próximos são necessárias para a existência da sociedade, e, portanto, para a propagação de sua espécie. A metafísica, entretanto, não pode adaptar a raça humana para manter a si mesma e, portanto, a presunção [é] a de que o homem não tem um tal gênio para descobertas sobre Deus, a Liberdade e a Imortalidade, assim como tem para a ciência física e a psíquica.

Versão constante no Manuscrito 844 e publicada em CP 6.486-491,
com sobreposição parcial com EP 2: 446-447.

* * *

Já que empreguei a palavra *Pragmaticismo*, e deverei ter ocasião para usá-la ainda mais uma vez, talvez seja bom explicá-la. Há cerca de quarenta anos, depois de me convencerem de que todo pensar é desempenhado em Signos e de que a meditação toma a forma de um diálogo, de modo que é adequado falar da “significação” de um conceito, meus estudos de Berkeley, Kant e outros levaram-me a concluir que, para adquirir maestria completa de tal significação, é necessário, em primeiro lugar, aprender a reconhecer o conceito sob todo disfarce, mediante a familiaridade extensiva com instâncias dele. Mas isto, no fim das contas, não implica em nenhum entendimento verdadeiro dele, de modo que há um requisito ulterior, [a saber,] deveríamos fazer uma análise lógica abstrata dele até seus últimos elementos, ou uma análise tão completa quanto possamos compreender. No entanto, mesmo assim, ainda podemos estar sem qualquer compreensão viva do conceito, e o único jeito de completar o nosso conhecimento de sua natureza é descobrir e reconhecer justamente quais hábitos gerais de conduta seriam razoavelmente desenvolvidos por uma crença na verdade do conceito (de qualquer assunto concebível, e sob quaisquer circunstâncias concebíveis); em outras palavras, quais hábitos ultimamente resultariam de uma consideração suficiente dessa verdade. É necessário entender a palavra “conduta”, aqui, no sentido mais amplo. Se, por exemplo, a predicação de um dado conceito levasse-nos a admitir que uma dada forma de raciocínio era válida a respeito do assunto do qual ela foi afirmada, quando não seria, de outra maneira, válida, o reconhecimento desse efeito em nosso raciocínio seria decididamente um hábito de conduta.

Em 1871, em um Clube Metafísico em Cambridge, Massachusetts^{xliv}, eu costumava pregar esse princípio como um tipo de evangelho lógico, representando o método não formulado seguido por Berkeley; e, em uma conversa sobre esse princípio, eu o chamei de “Pragmatismo”. Em novembro de 1877 e janeiro de 1878, publiquei a doutrina no *Popular Science Monthly*; e as duas partes do meu ensaio foram publicadas em Francês na *Revue Philosophique*, volumes seis e sete^{xlv}. Obviamente, a doutrina não atraiu atenção particular, pois, como observei na minha sentença de abertura, pouquíssimas pessoas se importam com lógica. Contudo, em 1897, o Professor James remodelou a matéria e metamorfoseou-a em uma doutrina de filosofia, da qual algumas partes eu notadamente aprovo, enquanto outras e mais

proeminentes considere, como ainda considero, opostas à lógica sólida.^{xlvi} Mais ou menos na época em que o Professor Papini descobriu, para deleite da escola Pragmatista, que essa sua doutrina era incapaz de definição, o que certamente pareceria distingui-la de toda outra doutrina em qualquer ramo da ciência que fosse, eu estava chegando à conclusão de que minha pobre maximazinha deveria ser chamada por outro nome e, de acordo com isso, em abril de 1905 eu a renomeei *Pragmaticismo*.^{xlvii} Nunca antes eu a dignificara com um nome impresso, exceto quando, a pedido do Professor Baldwin, eu escrevera uma definição sua para seu *Dictionary of Psychology and Philosophy*. Não inseri a palavra no *Century Dictionary*, pois, embora eu fosse encarregado das definições filosóficas daquela obra, tenho uma desafeição talvez exagerada por *réclame*.^{xlviii}

Aquilo que tenho chamado, ao longo deste artigo, de o A. N., porque penso que os teólogos deveriam tê-lo reconhecido como uma linha de pensamento razoavelmente produtiva de crença, é aquele curso de meditação sobre os três Universos que engendra a hipótese e ultimamente a crença de que eles ou, de qualquer modo, dois dos três, têm um Criador independente deles. Este é o argumento “humilde”, o mais interno do ninho. Na mente de um metafísico terá um matiz metafísico, mas isto parece-me mais detraí-lo de sua força do que adicionar qualquer coisa a ele. É assim um argumento tão bom, se não melhor, na forma que toma na mente do roceiro.

Os teólogos não poderiam ter *apresentado* o A. N., porque ele é um curso vivo de pensamento de formas muito variadas. Mas poderiam e deveriam tê-lo *descrito*, deveriam tê-lo defendido, também, tanto quanto pudessem, sem entrar em pesquisas lógicas originais, o que não poderia ser exatamente esperado deles. Eles estão acostumados a fazer uso do princípio segundo o qual aquilo que convence um homem normal deve ser presumidamente um raciocínio sólido, e, portanto, deveriam dizer tudo o que puder ser proposto para mostrar que o A. N., se desenvolvido suficientemente, convencerá qualquer homem normal. Infelizmente, acontece que há poucos fatos estabelecidos para mostrar que este é o caso. Além de supor, como todos nós o fazemos, que a minha própria disposição intelectual é normal, não fingi ter qualquer outro fundamento para minha crença de que é assim. Sou forçado a confessar que nenhum pessimista concordará comigo. Não admito que os pessimistas sejam, ao mesmo tempo, completamente sãos e, além disso, também sejam normalmente dotados de vigor intelectual, e as minhas razões para pensar assim são duas. A primeira é que a diferença entre uma mente pessimista e uma otimista é de importância tão preponderante no que diz respeito a todas as atividades intelectuais, e especialmente para a conduta da vida, que está fora de questão admitir que ambos são normais e que a grande maioria da humanidade é naturalmente otimista. Ora, a maioria de cada raça pouco se desvia da norma dessa raça. Para apresentar minha outra razão, sou obrigado a reconhecer três tipos de pessimistas. O primeiro tipo é frequentemente encontrado em naturezas raras e nobres, de grande força de intelecto original, cujas próprias vidas são histórias terríveis de tormento devido a alguma doença física. Leopardi^{xlix} é um exemplo famoso. Podemos somente acreditar, contra os protestos enérgicos desses pessimistas, que, se tais homens tivessem uma saúde comum, a vida teria usado para eles a mesma cor que para o resto de nós. Entrementes, encontramos muito poucos pessimistas desse tipo para afetar a presente questão. O segundo tipo é o misantrópico, o tipo que se faz ouvir. Para reconhecê-los como mentes enfermas, basta trazer à mente a conduta dos famosos pessimistas dessa espécie, Diógenes, o Cínico, Schopenhauer, Carlyle, bem como o parentesco deles com o Timão de Atenas de Shakespeare.¹ O terceiro tipo é o filantrópico, pessoas cujas vívidas simpatias, facilmente excitáveis, tornam-se elevadas à cólera com o que consideram como as injustiças estúpidas da vida. Sendo facilmente interessados em tudo, sem estarem sobrecarregados com pensamento exato de qualquer espécie, são matérias-primas excelentes para *littérateurs*^{li}: testemunha-o Voltaire. Indivíduo algum remotamente próximo do calibre de um Leibniz será encontrado entre eles.

O terceiro argumento, envolvendo e defendendo os outros dois, consiste no desenvolvimento daqueles princípios de lógica de acordo com os quais o argumento humilde é o primeiro estágio de uma inquirição científica sobre a origem dos Três Universos, mas de uma inquirição que produz

não meramente a crença científica, que sempre é provisória, mas também uma crença prática, viva, logicamente justificada para cruzar o Rubicão com toda a fretagem da eternidade. A apresentação deste argumento exigiria o estabelecimento de diversos princípios lógicos com os quais os lógicos dificilmente sonharam, e particularmente de uma demonstração rigorosa da correção da máxima do Pragmaticismo. Meu ensaio original, tendo sido escrito para um mensário popular, assume, por nenhuma razão especial a não ser a de que a inquirição real não pode começar até que um estado de dúvida real surja, e termina tão logo a crença seja alcançada, que “um estabelecimento de Crença”, ou, em outras palavras, um estado de *satisfação* é tudo em que consiste a Verdade, ou o alvo da inquirição. Embora a inferência estivesse bastante próxima do cerne do Pragmaticismo, a razão que dei para isto era muito frívola, a ponto de que, devo confessar, seria possível afirmar com alguma justiça que o argumento daquele ensaio pressupunha o ponto que pretendia provar. A primeira parte do ensaio, entretanto, ocupa-se em mostrar que, se a Verdade consiste na satisfação, ela não pode ser alguma satisfação *atual*, mas deve ser a satisfação que *seria* ultimamente encontrada se a inquirição fosse levada ao seu último e irrevogável desfecho. Esta é, faço questão de indicar, uma posição muito diferente daquela do Sr. Schiller e dos pragmatistas de atualmente.^{lii} Confio que acreditarão em mim quando digo que é apenas um desejo de evitar ser mal-entendido, em consequência de minhas relações com o pragmatismo, que me leva a expressar meus sentimentos pessoais acerca de seus princípios, e de jeito nenhum como se eu estivesse arrogando qualquer imunidade superior ao erro, da qual tenho boas razões demais para saber que não desfruto. A posição manifestamente indefinível desses pragmatistas, se não for capaz de caracterização lógica, parece-me ser caracterizada por um ódio colérico da lógica rigorosa, e mesmo por alguma disposição para rotular como se fosse trapaça total qualquer pensamento exato que interfira com suas doutrinas. Ao mesmo tempo, parece-me claro que sua aceitação aproximada do princípio Pragmaticista, tanto quanto o mesmo ato de por de lado as distinções difíceis (embora eu não possa aprová-lo), ajudou-os em um discernimento demasiadamente claro de algumas verdades fundamentais que outros filósofos só viram através de uma névoa, e a maioria sequer chegou a ver. Dentre tais verdades – todas elas antigas, obviamente, embora reconhecidas por poucos – reconheço a sua refutação do necessitarismo, sua rejeição de qualquer “consciência” distinta de uma sensação visceral ou de outra sensação externa, seu reconhecimento de que existem, no sentido Pragmatista, hábitos Reais (que Realmente *produziriam* efeitos, sob circunstâncias que, pode acontecer, podem não se atualizar, e, assim, são gerais Reais), e sua insistência em interpretar todas as abstrações hipostáticas em termos de aquilo a que *viriam* ou *poderiam* chegar no concreto (não atualmente *virão* ou *poderão*). Parece-me uma pena que eles devam permitir que uma filosofia tão cheia de vida se torne infetada com sementes de morte em tais noções como aquela da irrealidade de todas as ideias de infinidade e aquela da mutabilidade da verdade, e em tais confusões de pensamento como aquela que confunde disposição ativa (estar disposto a controlar o pensamento, a duvidar e a ponderar razões) com disposição de não exercer a vontade (estar disposto a acreditar).

Versão publicada em 1908, p. 108-112, republicada em CP 6.481-485, com sobreposição parcial com EP 2: 447-450.

Bibliografia

De Peirce:

PEIRCE, Charles S. *The Collected Papers of Charles Sanders Peirce*. Ed.: C. Hartshorne & P. Weiss - vol(s). I-VI- & A. Burks - vol(s). VII-VIII; Cambridge, MA: Harvard University Press, 1931-35; 1958.

PEIRCE, Charles S. *The Essential Peirce: Selected Philosophical Writings – volume 2 (1893- 1913)*. Edited by the Peirce Edition Project. Bloomington e Indianapolis: Indiana University Press, 1998.

PEIRCE, Charles S. *Peirce Archive Humboldt-Universität zu Berlin*. URL: <https://rs.cms.hu-berlin.de/>. Acesso em 28/03/2023.

PEIRCE, Charles S. *Acaso, Probabilidade e Indução: Escritos selecionados de Charles S. Peirce*. Tradução, introdução e notas Renato Rodrigues Kinouchi, Max Rogério Vicentini, Cassiano Terra Rodrigues. São Paulo: Associação Filosófica *Scientiae Studia*, 2023.

Traduções de “Um argumento negligenciado em favor da realidade de Deus”:

Francês:

Un argument négligé en faveur de la réalité de Dieu. Trad.: Gérard Deledalle. In: *Revue Philosophique de Louvain*. Quatrième série, tome 79, n. 43, p. 327-349, 1981. [<https://doi.org/10.3406/phlou.1981.6147>] . Disponível em: <www.persee.fr/doc/phlou_0035-3841_1981_num_79_43_6147>. Acesso em 10/02/2023. Republicado em: Deledalle, G. *Lire Peirce aujourd'hui*. Bruxelas: Éditions Universitaires; De Boeck Université, 1990, p. 172-192.

Alemão:

Ein vernachlässigtes Argument für die Realität Gottes, em: Charles Sanders Peirce. *Religionsphilosophische Schriften*. Übersetzt unter Mitarbeit von Helmut Maaßen, eingeleitet, kommentiert und herausgegeben von Hermann Deuser. Hamburgo: Felix Meiner Verlag, 1995, p. 329-359.

Espanhol:

Un Argumento Olvidado a favor de la Realidad de Dios. Introducción, traducción y notas de Sara F. Barrena. In: *Cuadernos Anuario Filosófico*, Pamplona, N.º 34 (1996).

Un Argumento Olvidado en favor de la Realidad de Dios, em: Deledalle, Gérard. *Leer Peirce hoy*. Trad.: Lía Varela. 1ª ed. Barcelona: Editorial Gedisa, 1996, p. 189-211.

Un argumento olvidado en favor de la realidad de Dios, em: Charles Sanders Peirce. *Obra filosófica reunida. Volumen II (1893-1913)*. Editado por Nathan Houser y Christian Kloesel. Traducción: Darin McNabb; revisión de la traducción: Sara Barrena. 1ª ed. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2012, p. 519-536.

Italiano:

Un argomento trascurato per la realtà di Dio, em: *Scritti Scelti di Charles Sanders Peirce*. A cura di Giovanni Maddalena. Torino: Unione Tipografico-Editrice Torinese, 2005, p. 627-632.

Dicionários

AZEVEDO, Francisco Ferreira dos Santos. *Dicionário Analógico da Língua Portuguesa: ideias afins / thesaurus*. 2 ed. 3 reimp. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

CORRÊA, Roberto Alvim. *Dicionário Escolar Francês-Português, Português-Francês*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar; Ministério da Educação e Cultura, 1958.

GOMES, Luiz L. e COLLINS, Donald E. *Dicionário de expressões idiomáticas americanas*. 9 ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1993.

GOVE, Philip Babcock (Ed.). *WEBSTER'S Third New International Dictionary of the English Language Unabridged*. With the Merriam-Webster editorial staff. Springfield, MA: Merriam-Webster, c. 1986.

HOUAISS, Antonio. *Grande dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br>>. Último acesso: 19/03/2023.

LIDDELL, Henry George and SCOTT, Robert. *A GREEK-ENGLISH Lexicon*. A new edition revised and augmented throughout by sir Henry Stuart Jones with the assistance of Roderick McKenzie and with the cooperation of many scholars. Oxford, U. K.: Clarendon Press, 1951.

LITTRÉ, Maximilien Paul Émile. *Dictionnaire de la Langue Française*. 7 vol. Paris: Jean-Jacques Pauvert, 1958.

SERPA, Oswaldo. *Dicionário Escolar Inglês-Português, Português-Inglês*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar; Ministério da Educação e Cultura, 1957.

SIMPSON, John and WEINER, Edmund (eds.). *OXFORD English Dictionary*. 2 ed. 20 vol. Oxford, U. K.: Oxford University Press, 1989.

Outras obras

ANDERSON, Douglas R. *Strands of System: The Philosophy of Charles Sanders Peirce*. West Lafayette, Indiana: Purdue University Press, 1995.

BACON, Francis. *Novum Organum sive indicia vera de interpretatione naturae*. In: SPEDING, J.; ELLIS, R. L.; HEATH, D. (eds.). *The Works of Francis Bacon*. Vol. I. New York: Hurd and Houghton; Boston: Taggard and Thompson, 1864, p. 231-539. Tradução consultada: *Novum Organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza*. Trad. e notas de José Aluysion Reis de Andrade. 1 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 8-237.

A BÍBLIA de Jerusalém. Tradução do texto em língua portuguesa diretamente dos originais. Tradução das introduções e notas de *La Sainte Bible*, edição de 1973, publicada sob a direção da *École Biblique* de Jerusalém. São Paulo: Edições Paulinas, 1981.

BÍBLIA – Tradução Ecumênica. São Paulo: Loyola, 1994.

BALDWIN, James M. (ed.) *Dictionary of Philosophy and Psychology, including many of the principal conceptions of ethics, logic, aesthetics, philosophy of religion, mental pathology, anthropology, biology, neurology, physiology, economics, political and social philosophy, philology, physical science, and education; and giving a terminology in English, French, German, and Italian*. Written by many hands and edited by James Mark Baldwin. Vol. 2. New York: The Macmillan Company; London: Macmillan and Company, ltd., 1901-1902. Disponível em: <https://archive.org/details/dictionaryofphil21bald>. Acesso em 20/02/2022.

DAVIES, Norman. *Europe – A History*. Oxford, U. K. e Nova Iorque: Oxford University Press, 1996.

ESPOSITO, Joseph. Peirce and Naturphilosophie. *Transactions of Charles S. Peirce Society – A Quarterly Journal in American Philosophy*, Lubbock, Texas: Institute for Studies in Pragmatism, vol. XIII, n. 2, p. 122-141, 1977.

GALILEI, Galileo. *Diálogo sobre os Dois Máximos Sistemas do Mundo Ptolomaico e Copernicano*. Tradução, introdução e notas de Pablo Rubén Mariconda. 3 ed. São Paulo: Associação Filosófica *Scientiae Studia*: Editora 34, 2011.

HOUSER, Arnold. *História Social da Arte e da Literatura*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

JAMES, William. *Pragmatism: A new name for some old ways of thinking*. New York: Longmans, Green, and Co., 1907. [<https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/10851-000>]. Trad. portuguesa: *Pragmatismo: Um nome novo para algumas formas antigas de pensar*. Trad. Fernando Silva Martinho. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997.

- JAMES, William. Does ‘consciousness’ exist?. *The Journal of Philosophy, Psychology and Scientific Method*, v. 1, n. 18, p. 477-491, 1904. [https://doi.org/10.2307/2011942].
- JAMES, William. Philosophical conceptions and practical results. *University chronicle*, Berkeley, CA, v. 1, n. 4, p. 287-310, 1989.
- MENAND, Louis. *The Metaphysical Club: A Story of Ideas in America*. Nova Iorque: Farrar, Strauss and Giroux, 2001.
- NUEVO Testamento Trilingüe. Edición crítica de José Maria Bover (4) y José O’Callaghan, presentación por Carlo M. Martini. 4 Reimp. Madri: *Biblioteca de Autores Cristianos*, 1999.
- O NOVO Testamento. Trad. João Ferreira de Almeida. Trangambar: Oficina da Real Missão de Dinamarca, 1769.
- ORANGE, Donna. *Peirce’s Conception of God: A Developmental Study*. Bloomington, IN: Indiana University Press, 1984.
- POE, Edgar Allan. *Histórias Extraordinárias*. Trad. Brenno Silveira. 4 ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1975.
- RAPOSA, Michael. *Peirce’s Philosophy of Religion*. Bloomington: Indiana University Press, 1989.
- ROHATYN, Dennis. Resurrecting Peirce’s ‘Neglected Argument’ for God. *Transactions of Charles S. Peirce Society – A Quarterly Journal in American Philosophy*, v. XVIII, n. 1, p. 66-74, 1982.
- SHAKESPEARE, William. *Sonho de uma noite de verão*. Trad. Rafael Rafaelli. Florianópolis: Editora UFSC, 2016.
- SHAKESPEARE, William. *O mercador de Veneza*. Trad. Carlos Alberto Nunes. São Paulo: Editora Peixoto Neto, 2017.
- V. V. A. A. *Encyclopédie de la Pléiade – Histoire de la Philosophie*. 3 vv. Paris: Gallimard, 1974.

-
- i Os manuscritos de Peirce são identificados pelo catálogo de Richard Robin, feito na década de 1960. Assim, R 844 significa manuscrito 844 segundo a numeração de Robin 1967. Uma grande parte, mas não tudo, desses manuscritos, pode ser consultada na forma de imagens fac-similares, na página do *Peirce Archive* da *Humboldt Universität* de Berlim. As referências completas estão na *Bibliografia*.
- ii A publicação original pode ser conferida em: <https://archive.org/details/hibbertjournal07londonoft/page/90/mode/2up>. Acesso em 04/03/2023.
- iii N.T.: Em latim, no original: “ente necessário”.
- iv N.T.: Optei por traduzir “Actual” e “Actually” pelos cognatos exatos em português, “Atual” e “Atualmente”, de forma a enfatizar o uso conceitual da palavra. Quando aparecem no texto com inicial minúscula, “actual” e “actually” foram traduzidas pelos termos do vernáculo mais comuns em língua portuguesa, como “efetivo”, “de fato” ou “efetivamente”, de modo a evitar a confusão com o advérbio de tempo. Vale observar que o sentido conceitual de *ser em ato* é contemplado em língua portuguesa; veja-se, por exemplo, o que apresenta o *Dicionário Houaiss*: “ATUAL – adjetivo de dois gêneros: 1. que vigora, se obtém, ou se realiza na época presente; 2. que se quadra com a mentalidade, tendências etc. do presente; não ultrapassado; 3. que é presente, que existe; efetivo, real; 4. Rubrica: filosofia: no aristotelismo, que se encontra em ato; que adquiriu a sua forma final, plena, acabada; que manifestou todas as suas potencialidades (Obs.: p. opos. a potencial); 5. Rubrica: lingüística: relativo a qualquer ato de fala (ou parole, na oposição saussuriana langue/parole)”. Das demais traduções consultadas, Barrena e McNabb seguiram o mesmo entendimento, com “actual” e “actualmente” usados para traduzir os termos conceituais, e, no vernáculo, “efetivamente” para “actually”. Deledalle usa “actuel” e “actuellement”, assim como Varela usa “actual” e “actualmente”. Maddalena usa simplesmente “attuale” e “attualmente”. Maaßen usa, evidentemente, “wirklich”.
- v E. P.: James Mark Baldwin, *Thought and Things: A Study of the Development and Meaning of Thought or Genetic Logic* (Londres: Sonnenschein, 1906), 1: 261.
- vi C.P.: “Uso a palavra ‘autocontrolado’ para ‘controlado pelo self do pensador’, e não para ‘descontrolado’ exceto em seu próprio desenvolvimento espontâneo, isto é, automático, tal como o Professor J. M. Baldwin usa a palavra”.
- vii E.P.: Shakespeare, *Sonho de Uma Noite de Verão*, ato 5, cena 1: “Como a imaginação dá contorno / ao desconhecido, a pena do poeta / dá-lhe forma, e o nada etéreo / ganha um lugar certo e um nome” (trad. bras., p. 157).
- viii Traduzi sistematicamente o verbo *to prove* e o substantivo *proof* por “demonstrar” e “demonstração”, respectivamente. Assim, reservei “Comprovação” para *Probation*, por tratar-se de conceito específico. O mesmo entendimento nem sempre aparece nas demais traduções. Deledalle: “prouver”, “Probation”; Varela: “prueba”, “probar” e “Probación”; Barrena e McNabb: “prueba” e “Prueba”; Maddalena: “prova”, “provere” e “Verifiche”; Maaßen: “nachweisen”, “nachgewiesen werden”, “Prüfungen”.
- ix N.T.: Em francês, no original. Algo como “sonho”, “fantasia”, “quimera”, “delírio, devaneio”.
- x E.P.: “O vento sopra onde quer/ e ouves o seu ruído,/ mas não sabes de onde vem / nem para onde vai. / Assim acontece com todo aquele que nasceu do Espírito.” João 3:8.
- xi N.T.: Em francês, no original; literalmente, “bocadinho”.
- xii N.T.: As traduções, via de regra, não traduzem *musement*, mas apenas as palavras correlatas, *musings* e *muser*, isto é, os atos de *musement* e a pessoa que o pratica. O próprio Peirce sugere a identificação com o exercício do meditar, apesar de toda a carga cartesiana do termo. Vale

- lembrar, porém, que o próprio Descartes se inspirara nos exercícios meditativos de Ignácio de Loyola (1491-1556). Deledalle usa “musement”, “muser” e “museur”; Varela prefere “meditación”, “meditar” e “meditador”; Barrena e McNabb usam “musement”, “meditaciones” e “muser”; Maddalena: “musement”, “contemplazione” e “contemplatore”; Maaßen: “Versonnenheit”, “Versonnene” e “Nachsinnen”.
- xiii N.T.: A Segunda Epístola de São Paulo aos Coríntios traz, em 11:25: “*τρῖς ἑρρωδίσθην, ἅπαξ ἐλιθάσθην, τρῖς ἐνανόσησα, νυχθήμερον ἐν τῇ βυθῷ πεποιήκα.* [Três vezes fui flagelado, uma vez, apedrejado, três vezes naufraguei. Passei um dia e uma noite em alto-mar]”. A palavra grega “*νυχθήμερος*” significa o período de vinte e quatro horas, literalmente “durando um dia e uma noite”, de acordo com o *Greek-English Lexicon* de H. G. Lidell e R. Scott. Das traduções consultadas, as únicas que mantêm o termo tal qual Peirce o escreveu são a de Deledalle: “*je n’ai pas trouvé de période de nyctemerion qui n’ait ses propres avantages pour cette occupation*”; e a de Varela: “*pero no he encontrado período de nyctemerion que no tenga sus propias ventajas para esta ocupación.*” Barrena: “*no he encontrado ninguna hora de las veinticuatro que no tenga sus propias ventajas para este propósito*”; McNabb: “*no he encontrado ninguna hora de las veinticuatro que no tenga sus propias ventajas para esta actividad*”; Maddalena: “*non ho trovato ora del giorno che non abbia i suoi vantaggi al riguardo*”; Maaßen: “*doch ich habe keine Stunde im Verlauf von Tag und Nacht entdecken können, die nicht ihre eigenen Vorteile dafür mitbrächte*”.
- xiv N.T.: No original: “*I can testify that the last half century, at least, has never lacked tribes of Sir Oracles, colporting brocards to bar off one or another roadway of inquiry [...]*”. O verbo “*to colport*” é um galicismo, vem do francês “*colporter*”, que significa “vender bugigangas sem importância, vender mercadorias pela rua; vender no atacado”; em português, optei por *mascatear*, um dos verbos usados para se referir à camelotagem, como se diz no Brasil. Brocardo” significa, segundo o *Dicionário Houaiss*, “axioma ou aforismo jurídico; qualquer axioma ou aforismo, máxima”. Assim, “*Sir Oráculos*” é evidentemente uma ironia, além de ser uma alusão a Shakespeare, O Mercador de Veneza, ato I, cena I, onde Graciano fala a Antonio: “Escuta, Antônio – dedico-te afeição; ela é que fala – pessoas há – cuja fisionomia se enrugam e enturva como uma lagoa parada, e que a toda hora se retraem num silêncio obstinado, só com o fito de aparência envergarem de profunda sabedoria, gravidade e senso, como quem diz: ‘Eu sou o senhor Oráculo; quando eu falar, nenhum cachorro ladre!’ Conheço, caro Antônio, muita gente que é tida como sábia, tão-somente por não dizerem nada, quando é certo que, se a falar chegassem, os ouvintes condenariam, por levá-los, logo, a dar o nome, ao próximo, de tolos.” Deledalle: “*Je puis témoigner que, au cours du dernier siècle a tout le moins, on n’a jamais manqué de tribus de pontifes pour colporter des brocards destinés à barrer l’un ou l’autre des chemins de la recherche*”; Varela: “*Puedo dar prueba de que, a lo largo del último siglo por lo menos, no han faltado jamás tribus de pontífices para propalar aforismos destinados a cerrar uno u otro de los caminos de la búsqueda*”; Barrena: “*Puedo atestiguar que el último medio siglo, por lo menos, no ha carecido nunca de tribus de Sir Oráculos, pregonando máximas para desechar uno u otro camino de investigación*”; McNabb: “*Puedo atestiguar que al menos durante el último medio siglo no han faltado tribus de señores Oráculos pregonando máximas que bloquean uno u otro camino de investigación*”; Maddalena: “*Posso testimoniare che, almeno nell’ultimo mezzo secolo, non sono mai mancate tribù di Signori Oracoli, sempre pronti a sputare sentenze per sbarrare l’una o l’altra strada della ricerca*”; Maaßen: “*Ich kann bezeugen, daß es zumindest im letzten halben Jahrhundert nicht an Geschlechtern von Herren Orakel gefehlt hat, die bestimmte Grundsätze kolportierten, nur um diesen oder jenen Weg der Forschung abzusperrten*”.
- xv N.T.: Em francês, no original: literalmente, “*penacho*”, com sentido figurado de “*brio, mérito, glória*”. Se acentuada – “*panaché*” – a palavra significaria, então, nos E.U.A., certa bebida misturada de cerveja com algum refrigerante ou gasosa. O entendimento varia entre as demais traduções, à exceção, óbvia, de Deledalle: “*Aucune mode d’autrefois ne semble plus grotesque qu’un panache de sagesse surannée*”, com indicação, em nota, de que o francês já estava no original. Varela: “*Ninguna moda de antaño parece más grotesca que un penacho de sabiduría caduca*”; Barrena mantém a palavra no texto, indicando em nota: “*Mezcla. En francés en el original*”; D. McNabb: “*Ninguna moda pasada parece más grotesca que un panache (lustre) de sabiduría obsoleta*”; Maddalena: “*Nessuna moda passata sembra più grottesca che una panache di saggezza obsoleta*”; Maaßen: “*Keine veraltete Mode scheint grotesker als die Großtueerei mit obsoleten Weisheiten*”.
- xvi N.T.: No original: “*That human reason can comprehend some causes is past denial; and once we are forced to recognize a given element in experience, it is reasonable to await positive evidence before we complicate our acknowledgment with qualifications.*” O sentido geral dessa passagem remete à famosa navalha de Ockham: não devemos multiplicar explicações desnecessariamente quando temos evidências positivas disponíveis, pois, ainda que parciais, essas evidências bastam para explicar razoavelmente os fatos. A sintaxe, realmente, é bastante peculiar, e uma tradução literal não me parece a melhor opção, mas as demais traduções divergem nesta escolha. Deledalle: “*On ne peut nier que la raison humaine puisse comprendre certaines causes, et une fois qu’on est contraint de reconnaître un élément donné dans l’expérience, il est raisonnable d’attendre une preuve positive avant de compliquer cette reconnaissance en faisant des réserves.*” Varela: “*No se puede negar que la razón humana puede comprender ciertas causas, y una vez que uno está obligado a reconocer un elemento dado en la experiencia, es razonable esperar una prueba positiva antes de complicar ese reconocimiento haciendo reservas.*” Barrena: “*Que la razón humana no puede comprender algunas causas es una negación anticuada, y una vez que nos vemos forzados a reconocer un elemento dado en la experiencia es razonable aguardar una evidencia positiva antes de complicar nuestro reconocimiento con restricciones.*” McNabb: “*No puede negarse de ninguna manera que la razón humana puede comprender algunas causas, y una vez que nos vemos forzados a reconocer un elemento dado en la experiencia, es razonable esperar una evidencia positiva antes de complicar nuestro reconocimiento con matices.*” Maddalena: “*Che la ragione umana non possa comprendere nessuna causa è una negazione passata e, una volta che si sai costretti a riconoscere un elemento dato nell’esperienza, è ragionevole attendersi una prova sicura prima di complicare il nostro riconoscimento con qualificazioni.*” Maaßen: “*Dass die menschliche Vernunft einige Ursachen begreifen kann, steht ausser Zweifel. Sobald wir gezwungen sind, ein in der Erfahrung gegebenes Element als solches anzuerkennen, ist es nur vernünftig, auf positive Zeugnisse zu warten, bevor wir unsere Erkenntnis des Vorgangs durch nähere Bestimmungen komplizieren.*”
- xvii E. P.: Edgar Allen [sic] Poe (1809-1849) faz seu detetive, Monsieur Dupin, dizer “*Parece-me que esse mistério é considerado insolúvel devido exatamente à razão que deveria fazer com que fosse considerado de fácil solução. Refiro-me ao caráter outré [exagerado] das circunstâncias que o cercam.*” “*Os Crimes na Rua Morgue*” (primeiramente publicado em 1841), *The Complete Works of Edgar Allan Poe*, ed.: James A. Harrison (New York: Thoams Y. Crowell and Co., 1902), vol. 4 [n. t.: trad. bras., p. 131].
- xviii E. P.: “*But oars alone can ne’er prevail | to reach the distant coast, | the breath of heaven must swell the sail, | or all the toil is lost.*” William Cowper (1731-1800), “*Human Frailty,*” in: *The Works of William Cowper: Comprising His Poems, Correspondence, and Translations. With a Life of the Author, by the Editor, Robert Southey* (Londres: Baldwin and Cradock, 1835-37).
- xix E.P.: Estimativas atuais do número máximo de elementos estão mais próximas de 200 do que das imagens de Peirce.
- xx N.T.: Esse último período foi sistematicamente parafraseado nas traduções, e, ainda que o sentido geral apareça, nem sempre as versões confluíram. Deledalle: “*Il n’est pas cependant de mathématicien qui n’avoue qu’il est à présent vain d’essayer de comprendre la constitution de l’atome d’hydrogène, le plus simple des éléments que l’on puisse saisir.*” Varela: “*Sin embargo, no hay matemático que no admita que, en la actualidad, es vano intentar comprender la constitución del átomo de hidrógeno, el más simple de los elementos que pueda captarse.*” Barrena: “*Sin embargo, ningún matemático podría menos de confesar la actual desesperación del intento de comprender la constitución del átomo de hidrógeno, el más simple de los elementos que pueden encontrarse en la tierra.*” McNabb: “*Aun así, ningún matemático confesará la actual desesperanza frente al intento de comprender la constitución del átomo de hidrógeno, el más simple de los elementos que pueden sujetarse a la Tierra.*” Maddalena: “*Eppure ogni matematico confesserà al presente la disperazione del tentativo di comprendere la costituzione dell’atomo di idrogeno, il più semplice degli elementi presenti sulla terra.*” Maaßen: “*Doch bleibt den Mathematikern nichts als zuzugeben, dass es gegenwärtig aussichtslos ist zu versuchen, den Aufbau des Wasserstoffatoms, des einfachsten Elements, das auf der Erde bestehen kann, bestimmen zu wollen.*”

- xxi N.T.: No original: "I shall have to mention some steps which have nothing to do with the N.A. in order to show that they add no jot nor tittle to the truth which is invariably brought just as the N.A. brings it." Entendo que, aqui, Peirce alude a uma passagem do Sermão da Montanha, 5 Mateus 18; na versão de João Ferreira de Almeida: "Porque em verdade vos digo, que até que passem o céu e a terra, nem um jota, nem um til se passará da Lei, que tudo acontece." Não é evidente, porém, que as demais traduções também adotem tal entendimento. Deledalle: "Je devrai mentionner certaines étapes qui n'ont rien à voir avec l'Argument Négligé pour montrer qu'elles n'ajoutent pas un iota à la vérité qui est invariablement produite, exactement comme l'Argument Négligé la produit." Varela: "Debo mencionar ciertas etapas que nada tienen que ver con el Argumento Olvidado para mostrar que no añaden ni una coma a la verdad que se produce invariablemente, tal como es producida por el Argumento Olvidado." Barrena: "Tendré que mencionar algunos pasos que no tienen nada que ver con el Argumento Olvidado para mostrar que no añaden un ápice a la verdad que es traída invariablemente tal y como el Argumento Olvidado la brinda." McNabb: "Tendré que mencionar algunos pasos que no tienen nada que ver con el A. O. para mostrar que no añaden ni un ápice a la verdad que se alcanza invariablemente tal como el A. O. la brinda." Maddalena: "Devo far cenno ad alcuni passi che non hanno niente a che fare con il N.A. per mostrare come essi non aggiungano nulla alla verità che viene sempre alla luce con la dinamica espressa nel N.A." Maaßen: "Ich werde dabei einige Schritte erwähnen müssen, die nichts mit dem Vernachlässigten Argument präsentiert wird, keinen Deut hinzufügenen."
- xxii N.T.: em latim, no original: pelo contexto, "aquele que está prestes a investigar".
- xxiii N.T.: no original, "mental performances". Apesar de "performance" já estar incorporada ao léxico, preferi evitar o estrangeirismo. Essa opção foi seguida na maioria das demais traduções, à exceção natural da francesa. Deledalle usa normalmente "performances mentales"; Varela: "actuaciones mentales"; Barrena: "funciones mentales"; McNabb: "operaciones mentales"; Maddalena: "prestazioni mentali"; Maaßen: "mentale Vorgänge".
- xxiv N.T.: no original: "...the usually docile understanding seems to hold the bit between its teeth and to have us at its mercy". Nos Estados Unidos, a expressão "to take (ou "hold", como prefere Peirce) the bit between one's teeth" equivale à nossa "tomar as rédeas", isto é, assumir o controle de uma situação, agir decididamente em vista de determinado objetivo. Das demais traduções, apenas a francesa e a italiana parecem seguir o mesmo entendimento; as outras parecem ter tentado traduzir literalmente a expressão idiomática. Deledalle: "l'entendement d'ordinaire docile semble tenir le mors entre les dents et nous avoir à sa merci"; Varela: "el entendimiento, por lo común dócil, parece tener el freno entre los dientes y tenernos a su merced"; Barrena: "el entendimiento ordinariamente dócil, parece desbocarse y tenernos a su merced"; McNabb: "el entendimiento normalmente dócil parece desbocarse y tenernos a su merced"; Maddalena: "la comprensione, di solito così docile, pare prendere l'iniziativa e tenerci in pugno"; Maaßen: "das gelehrige Verstehen, das gewöhnlich das Stückchen zwischen seinen Zähnen hält, auf dessen Gnade wir angewiesen sind".
- xxv N.T.: no original: "to Explicate the hypothesis". Aparece, aqui, a diferença idiomática entre "Explanation" e "Explication". Em 2003, traduzi cada palavra pelo cognato exato em língua portuguesa. Agora, inverti a tradução, dado que "explicar" recobre de fato o campo semântico de "to explicate": expor minuciosamente, dar a entender de maneira fácil, plana e pormenorizada; desenvolver de modo a esclarecer – ou seja, exatamente o que Peirce afirma em seguida. Assim, tal como usada por Peirce, essa distinção implica que o primeiro termo designa a hipótese imaginada para explicar um fenômeno, ao passo que o segundo remete ao desenvolvimento lógico da hipótese. Das demais traduções, apenas a de Maaßen buscou preservar a distinção usando dois termos diferentes: "Erklärung" para "Explanation" e "Explikation" para "Explication". Todas as outras usaram apenas os termos equivalentes, em cada idioma, para "explicação".
- xxvi N.T.: em latim, no original: "aquela indução que procede por simples enumeração". Ver Bacon, *Novum Organum*, LXIX e CV, trad. bras. p. 44 e 75, respectivamente.
- xxvii N.T.: No original, "crude induction". A expressão é técnica e, como tal, é tecnicamente traduzida por *indução estimativa*. Trata-se do tipo de indução que se baseia no conceito de frequência relativa. Preferi, no entanto, traduzir mais literalmente, de modo a enfatizar em que consiste o procedimento, o que parece ter sido também a opção das demais traduções. Deledalle: "induction grossière"; Varela: "inducción grosera"; Barrena e McNabb: "inducción cruda"; Maddalena: "induzione cruda"; Maaßen: "große Induktion".
- xxviii E.P.: *Crítica da Razão Pura*, A154-58, B193-97.
- xxix N.T.: "Ponte em balanço" é como se chama, em português, a ponte construída com estrutura cantilever. Os mais famosos exemplos talvez sejam a *Firth of Forth*, em Queensferry, na Escócia, ponte sobre o estuário do rio Forth, inaugurada em 1890, e a ponte de Québec, no Canadá, sobre o rio Saint Lawrence. No Brasil, sobre o rio Tocantins, a ponte ferroviária entre Aguiarnópolis (TO) e Estreito (MA) é outro exemplo. "Cantilever" é o nome que se dá à "[...] viga-mestra que tem um dos extremos livres e uma carga funcionando como peso compensador, ou no outro extremo, que é fixo, ou distribuído igualmente por toda a estrutura", conforme definição do *Webster's Third New International Dictionary*. A ponte é sustentada, além de pelas vigas, pela compensação de pesos e tensões sucessivas da estrutura. A metáfora de Peirce indica, assim, que cada conclusão alcançada no processo indutivo do raciocínio humano é sustentada pelo que já foi estabelecido, servindo de base aos raciocínios subsequentes, em um processo tendente ao infinito.
- xxx E.P.: Jacques Babinet (1794-1872), físico francês conhecido por seu trabalho em meteorologia, ótica e hidrodinâmica; autor do *Résumé complet de la physique des corps impondérables* (Paris, 1825).
- xxxi N.T.: no original, "materialistic necessitarians". Para referir-se ao determinismo, Peirce comumente usa "necessitarianism". Deledalle: "les partisans de la necessite matérialiste". Varela: "los partidarios de la necesidad materialista". Barrena e McNabb: "los materialistas necessitaristas". Maddalena: "i necessitaristi materialisti". Maaßen: "die materialistischen Nezesitaristen".
- xxxii E. P.: *O Dictionary of Philosophy and Psychology* (Nova Iorque: Macmillan Co., 1901-1902) de J. M. Baldwin define o paralelismo psicológico como "a afirmação de que processos conscientes variam concomitantemente a processos sincrônicos no sistema nervoso, tenham os dois processos uma relação causal direta ou não." A psicofísica é o ramo da psicologia concernente à mensuração dos efeitos psicológicos da estimulação sensível; é o ramo mais velho da psicologia experimental, considerado que tenha começado com a publicação de *Elemente der Psychophysik* de Gustav Fechner (Leipzig: Breitkopf & Härtel, 1860). No MS 329 (1904), Peirce vê Wilhelm Wundt como o principal propagador do paralelismo psicológico, "aproximadamente, a doutrina segundo a qual mente e matéria são os dois lados de um escudo."
- xxxiii Segundo a nota dos editores de EP, a ideia remete a um trecho da Terceira Jornada do *Diálogo sobre os Dois Máximos Sistemas do Mundo Ptolomaico e Copernicano*, identificável na primeira tradução dessa obra de Galileo, feita por Thomas Salisbury para o inglês, a saber, *Mathematical Collections and Translations of Thomas Salisbury* (Londres, 1661), tomo I, p. 301. Esse trecho consta na tradução brasileira entre as p. 409-411.
- xxxiv N.T.: Optei por traduzir "likely" por "simil" para reforçar o caráter icônico da hipótese, uma vez que Peirce, em outros textos, usa "likeness" a par de "verisimilitude", mas jamais "truthlikeness", salvo melhor conhecimento. A respeito, ver a introdução, por Kinouchi, Vicentini e Rodrigues, intitulada "A lógica indutiva de Charles Sanders Peirce: o mapa de um percurso", em Peirce 2023, p. 15-56.
- xxxv E. P.: No original, Peirce adicionou a seguinte explicação depois dessa sentença: "Isso é estritamente pertinente. Estou excedendo os limites de meu artigo."
- xxxvi N.T.: Isto é, esse terceiro homem adotaria a atitude que o pragmatismo favorece. Nem todas as demais traduções, no entanto, trazem esse entendimento. Deledalle: "Ce qui l'amène, pour mettre cette hypothèse à l'épreuve, à s'appuyer sur le Pragmaticisme qui implique la foi dans le sens commun et dans l'instinct, bien que seulement dans la mesure où ils sortent du creuset de la critique mesurée." Varela: "Lo cual, para poner a prueba esta hipótesis, lo lleva a apoyarse en el Pragmaticismo, que implica la fe en el sentido común y en el instinto, aunque sólo en la medida en que estos salgan del crisol de la crítica mesurada." Barrena: "Esto le lleva para probar la hipótesis a elegir el Pragmaticismo, que implica fe en el sentido común y en el instinto, aunque sólo en tanto que proceden del crisol de un criticismo moderado." McNabb: "Esto lo lleva, para probar la hipótesis, a elegir el

Pragmaticismo, que implica fe en el sentido común y en el instinto, pero sólo en la medida en que provienen del crisol de un criticismo moderado.” Maddalena: “E ciò lo porta, per provare l’ipotesi, a prendere posizione rispetto al Pragmaticismo, che implica fede nel senso comune e nell’istinto, ma solo in quanto essi provengono dal crogiolo di un ragionevole criticismo.” Maaßen: “Dies führt dazu, daß er, um der Prüfung der Hypothese willen, den PRAGMATIZISMUS wählt, was Vertrauen in Common Sense und Instinkt einschließt, wenn auch nur so, wie diese aus dem Feuerofen einer wohlüberlegten Kritik entspringen.”

xxvii N.T.: As variantes textuais do manuscrito 844 evidenciam a importância que Peirce dava ao ninho argumentativo. Reproduzo-as aqui para ilustração.

Variante 1	Variante 2
Como um ninho de caixas, o A.N. consiste em três argumentos mutuamente envolvidos e relacionados. O mais interno é o argumento humilde que apela a todas as mentes, do grosseirão mais ignorante ao filósofo analítico mais poderoso, dado que ele se torne genuinamente interessado no problema de como meras ideias, e ocorrências Atuais (coisas e eventos), e tendências vivas (assim como leis), chegaram alguma vez ao Ser Real.	No geral, perceber-se-á que, assim como falamos de um ninho de caixas, da mesma maneira o A.N. é um ninho de três argumentos mutuamente envolvidos. O mais interno é esse argumento humilde cuja força será sentida por todas as mentes que contemplarem longamente os Três Universos nos seus aspectos gerais. Se uma pessoa não passa por cima de suas principais características como coisas habituais, talvez o seu aspecto mais espantoso seja a sua variedade infinita, principalmente a do Universo da existência e dos eventos efetivos. Em seguida, talvez seja a extrema delicadeza dos ajustes no mesmo universo. Assim, estrelas cuja luz sem dúvida está a vários milhares de anos para nos alcançar mostram um espectro perfeitamente claro, mostrando que as ondas, das quais existem mais de cinquenta mil em cada polegada dessa distância, repetiram-se...

xxviii N.T.: em alemão, no original: “determinação”, “destinação”.

xxix N.T.: no original: “for it would only be an apology, — a vindicatory description, — of the mental operations which the Humble Argument actually and actively lives out.” O verbo “to live out” admite, por si, muitas interpretações. No contexto, a mais literal é a de que o próprio Argumento Humilde vivencia as operações mentais, isto é, realiza plenamente tais operações. Daí minha opção de tradução. Barrena e McNabb: “... las operaciones mentales que el Argumento Humilde desarrolla activa y efectivamente.” Maddalena: “... operazioni mentali che l’Argomento Umile vive di fatto e attivamente.” Maaßen: “... der mentalen Operationen, wie sie im BESCHIEDENEN ARGUMENT tatsächlich und aktiv erlebt werden.”

xl N.T.: no original, “disembodied”. Barrena: “desencarnado”; McNabb: “incorpóreo”; Maddalena: “disincarnato”; Maaßen: “körperloser”.

xli N.T.: a referência, aqui, é novamente a James, cujas palestras, dadas no Instituto Lowell, em 1906, e na Universidade Columbia, em 1907, foram publicadas com o título de *O Pragmatismo: Um nome novo para algumas formas antigas de pensar* (1907).

xlii N.T.: no original, “actual fact”. Maaßen: “tatsächlich”.

xliii N.T.: a expressão, em hebraico, consta em Gen 1: *tohu-bohu* é o estado do mundo antes da criação, um estado de ausência de vida e, por conseguinte, de ordem, um puro caos.

xliv E. P.: Sobre as evidências que atestam a existência do Clube Metafísico, ver, de Max Fisch, “Was There a Metaphysical Club?”, em *Studies in the Philosophy of Charles Sanders Peirce*, segunda série, ed. Edward C. Moore e Richard S. Robin (Amherst: The University of Massachusetts Press, 1964), p. 3-23. Fisch concluiu que Peirce fundou o Clube em algum momento na primavera ou no outono de 1871; que o Clube contava dentre seus membros, além de Peirce e dos outros seis mencionados abaixo, com William James e Francis G. Peabody; que as reuniões aconteciam quinzenalmente durante o período mais ativo (1871-72); e que o Clube durou ao menos até o inverno de 1874-75, antes de ser reorganizado em nova forma. Oliver Wendell Holmes (1841-1935), juiz da Suprema Corte dos Estados Unidos da América, colaborou com o advogado Joseph Bangs Warner (1848-1923) em um comentário sobre o direito consuetudinário. Nicholas St. John Green (1830-1876) ensinou direito na Universidade Harvard. John Fiske (1842- 1901), historiador e filósofo, formado na Faculdade de Direito de Harvard.

xlv N.T.: O primeiro artigo a que Peirce refere é “A fixação da crença”, publicado em *Popular Science Monthly*, v. 12 (novembro, 1877), p. 1- 15 (W 3: 242-257), também em *Revue Philosophique*, nº 6 (dezembro, 1878), p. 553-69 (W 3: 338-355); o segundo, “Como tornar nossas ideias claras”, apareceu em *Popular Science Monthly*, v. 12 (janeiro, 1878), p. 286-302 (W 3: 257-276), também em *Revue Philosophique*, nº 7 (janeiro, 1879), p. 553-69 (W 3: 355-374). Ambos foram traduzidos mais de uma vez para a língua portuguesa, por exemplo, ver Peirce 2008.

xlvi N.T.: A primeira vez a palavra “pragmatismo” foi usada, impressa, para referir a uma filosofia, foi por James, que a usou para referir-se à própria filosofia, numa palestra, dada em Berkeley e publicada primeiramente em uma circular da Universidade, em 1898. Intitulada “Philosophical conceptions and practical results”, esse texto explica o que James entende por “o princípio do praticalismo – ou pragmatismo”, ou ainda “o princípio de Peirce”. Ver James 1898, p. 290. Portanto, quando Peirce escreveu este texto, o termo já fora empregado por James há uma década.

xlvii N.T.: Segundo os editores de EP 2, Giovanni Papini (1881-1956), filósofo italiano, fundou em Florença um periódico pragmatista chamado *Leonardo*, publicado de 1903 a 1907. O artigo de Papini ao qual Peirce alude é “Introduzione al Pragmatismo”, publicado em fevereiro de 1907 em *Leonardo* e, traduzido por Katharine Royce com o título “What Pragmatism Is Like”, em *Popular Science Monthly*, v. 71 (1907), p. 351-368. Em 10 de abril de 1907, Peirce enviou a Papini um resumo de um artigo seu submetido dois dias antes ao *Atlantic Monthly* (“Pragmatism”, EP 2: 399-433).

xlviii N.T.: em francês, no original. O que Peirce quer dizer aqui é que tem aversão a fazer publicidade para si mesmo. Os editores de EP 2 remetem aos verbetes “Pragmatic and pragmatism”, do *Dictionary of Philosophy and Psychology*, editado por J. M. Baldwin (v. 2, p. 321-322).

xlix N.T.: Giacomo Leopardi (1798-1837), poeta italiano.

l N.T.: Os misantropos de Peirce são: Diógenes de Sinopa (c. 410 – c. 320 a.e.c.), filósofo mais conhecido do movimento pós-socrático dos cínicos; Artur Schopenhauer (1788 – 1860), filósofo alemão cujo pessimismo enfatizava o sofrimento inerente e as limitações da vida humana; Thomas Carlyle (1795-1881), literato escocês, notório e influente crítico de sua época, cujo pensamento foi objeto de muito debate e controvérsia; Timão, personagem do século 5 a.e.c., cuja misantropia ganhou fama lendária, a ponto de passar à história com o apelido de Misantropo de Atenas, é mencionado não apenas por Shakespeare, mas também por escritores da Antiguidade, como Aristófanes (c. 446-386 a.e.c.), Luciano de Samósata (c. 125-180) e Plutarco (c. 46-depois de 119).

li N.T.: em francês, no original: “litteratos”, homens dedicados a escrever literatura de ficção.

lii Ferdinand Canning Scott Schiller (1864-1937), defensor de um pragmatismo por ele mesmo denominado “humanismo”, o qual via como antagonista a filosofias positivistas e naturalistas.



COGNITIO

Revista de Filosofia
Centro de Estudos de Pragmatismo

São Paulo, v. 24, n. 1, p. 1-25, jan.-dez. 2023
e-ISSN: 2316-5278

 <https://doi.org/10.23925/2316-5278.2023v24i1:e61482>